

VINHO AMARGO

*RESISTÊNCIA, TRADIÇÃO E MODERNIDADE ENTRE SITIANTES
PRODUTORES DE UVA E VINHO NO SUL DE MINAS GERAIS*



CARLOS RODRIGUES BRANDÃO



Este livro nunca publicado editorialmente

Compõe a série dos

Escritos da Rosa dos Ventos

Livros e outros escritos meus podem ser encontrados,

acessados, copiados, lidos e utilizados

de forma livre e gratuita em

www.apartilhadavida.com.br

www.sitiodarosadosventos.com.br

LIVRO LIVRE

Assim sendo, a difusão de inovações, que constitui o requisito de adoção de práticas agrícolas, quando teoricamente transladada para o plano da modernização, isto é, quando

pensada como técnica de instauração e reinstauração do “equilíbrio” do sistema, de supressão de suas anomalias, pretende ser, na verdade, uma técnica de difusão da vocação empresarial. Pois a inovação só adquire sentido pela mediação do atendimento dos requisitos de multiplicação do capital.

José de Souza Martins – Capitalismo e Tradicionalismo, 81.

Este trabalho é para Maria de Nazareth Baudel Wanderley

A realização da pesquisa de campo de que resulta o presente relatório contou com o apoio financeiro da FINEP (Projeto de Apoio ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) e do Fundo de Apoio à Pesquisa, da UNICAMP.

ÍNDICE

- 0. Introdução:** pra ler com vinho
- 1. Caldas, Parreira**
 - alguns dados necessários
 - a composição social da produção
- 2. Uva doce, vinho amargo**
 - Minas
 - a uva e o vinho na região de Caldas
- 3. O produtor de uva e vinho em Caldas**
 - as condições de posse da terra
 - a produção da uva
- 4. Uva, vaca, batata ou mandioquinha?**
- 5. Uva e vinho: tradição e modernidade**
 - “eles não querem mudar”
 - chuva de pedra, juro alto, falta de apoio e preço baixo
- 6. Conclusão**
- 7. Bibliografia**

0. Introdução

Vinho Amargo prossegue uma pequena série de estudos sobre o camponês tradicional no Brasil. Depois dos estudos feitos na região do Alto Paraíba, em São Paulo e, especialmente, no município de São Luís do Paraitinga, subi a Serra da Mantiqueira e dediquei aos pequenos sítiantes produtores de uva e, alguns deles, também de vinho, um tempo de pesquisa de campo de cerca de 120 dias, entrecortados com as aulas e outras atividades da UNICAMP.

Anos mais tarde retornei em 1993/4 para apenas uma revisita de dados e reflexões, por ocasião de minhas atividades no *Homem, Saber e Natureza*.

A razão da escolha da região de Caldas, em Minas Gerais, está diretamente ligada à minha proposta original de pesquisa, apenas em parte realizada no presente relatório. Eu desejava investigar não tanto os fatores sociais e as respostas de intenção e prática de camponeses frente aos convites e às imposições do capital à modernização tecnológica do processo de trabalho e à empresariação da pequena unidade familiar, mas justo o seu reverso. Queria saber os motivos pelos quais, em certos casos, uma ampla categoria de produtores rurais camponeses resiste a quase todos os tipos de inovação, quando os seus custos objetivamente não parecem tão altos e as suas vantagens parecem ser tão visíveis.

Escolhi uma região que tinha como uma de suas características principais o haver sido uma promissora área de produção de um tipo de agricultura hoje em franca decadência. Mas uma região onde, se isto aconteceu com o seu principal produto agrícola de mercado por vários anos, houve e segue havendo uma transferência de capital e trabalho para outros produtos da agricultura e da pecuária. Isto fez coexistirem camponeses ainda dedicados exclusiva ou prioritariamente à lavoura decadente, camponeses e outros proprietários rurais, produtores polivalentes da lavoura em crise e também de outras; sítiantes e pequenos fazendeiros definitivamente migrados de alternativa em crise para outras, aparentemente mais promissoras.

Na região de Caldas é exatamente isto o que acontece. Eis uma região que foi durante pelo menos 40 anos a maior produtora de uvas de mesa e de vinho em todo o estado de Minas Gerais. Eis um município onde hoje se assiste aos possíveis anos finais de tal tipo de produção que em anos anteriores, dominou praticamente toda a agricultura dos vales e das montanhas à volta do Pico da Pedra Branca. Que chegou a mudar o nome da cidade de Caldas para Parreira e agora congrega apenas os últimos sítiantes que, sem haverem modernizado a

sua prática de produção e de comercialização, resistiram a “cortar a uva”, como tantos outros, e se mantêm como viti e/ou vinicultores.

São eles os sujeitos através de quem procuro descrever alguns aspectos mais intrigantes das relações sociais, econômicas e ideológicas entre tradição e modernização na agricultura. Descrever apenas, porque transferi para outras pesquisas com que retorno uma vez mais ao Alto Paraíba algumas questões que de início foram parte de minhas perguntas no presente projeto, e reservei para ele uma discussão apenas introdutória, baseada em dados estatísticos do IBGE relativos aos anos de 1970, 1975 e 1980, na quantificação de um questionário aplicado junto a sítiantes da uva e do vinho, e a apresentação sucinta de falas entrevistas em que, de um lado e de outro do muro da questão central, agrônomos e camponeses tradicionais produtores de uva e vinho apresentam os seus problemas e justificam as suas opções.

Algumas pessoas em Caldas e, especialmente, em Pocinhos do Rio Verde e no Bairro da Pedra Branca, foram, a todo momento, companheiros de trabalho e amigos a quem apenas agradecer é, como o primeiro copo de um bom vinho, um bom começo, mas ainda pouco. Os rapazes e as moças da Pastoral da Juventude de Caldas aplicaram o questionário usado em um dos capítulos e fizeram algumas ótimas entrevistas complementares. Mais do que isto, várias vezes foi com eles, em Caldas ou em Pocinhos, que quebrei uma solidão não raro dura de suportar. Em nome de todos, devo agradecer ao Marcos e ao Marquinhos. Estive várias vezes nas casas, nos parreirais e nas pequenas adegas de alguns vinicultores. Lembrando o nome de Sebastião Telles e de sua família, no Bairro da Pedra Branca, quero estender minha gratidão a todos eles. Foram sempre amigos solícitos quando eu os importunava com minhas perguntas. Não raro temperaram o carinho da resposta com a oferta de um ou de alguns copos de vinho, que quase me tornaram um razoável especialista em reconhecer os tipos da região.

Do mesmo modo, agradeço ao pessoal da EPAMIG e da EMATER. Não só recebi deles informações e opiniões de grande valia, como o empréstimo ou a doação de material escrito imprescindível. Um brinde a todos. Seria difícil estender a tantas outras pessoas o meu reconhecimento, mas não quero esquecer o pessoal do Hotel Fazenda Ypê, em Pocinhos, mas me cedeu a casa modesta, mas muito acolhedora, onde me refugiei nos dias de trabalho de campo. Do mesmo modo, agradeço o apoio de Mara Braga e de Maria Cássia Magalhães D’Ambrósio, de Poços de Caldas.

Altina Maria Gontijo uma vez mais coordenou o trabalho de transcrição de várias fitas e de tratamento dos dados dos questionários aplicados em Caldas, trabalho de que participaram também minhas sobrinhas Beatriz e Lilah.

O pessoal da Secretaria de Pesquisa da UNICAMP tornou possível realizar na prática o apoio dado pela FINEP à minha pesquisa. À Silvana, ao Pedro e ao Sérgio agradeço também.

Campinas, março de 1990.

CAPÍTULO UM

1. CALDAS, PARREIRA – alguns dados necessários

Quase todos os turistas que, em número muito crescente nestes últimos anos, viajam os 28 km entre Poços de Caldas e a cidade de Caldas em busca de alguns litros de vinho ou à procura das águas sulfurosas e de paisagens entre rios ainda límpidos e as montanhas aquém e além de Pocinhos do Rio Verde, ignoram que a cidade, hoje menor do que alguns bairros de Poços de Caldas, é a mais antiga de toda a região. Do desdobramento de alguns de seus povoados originaram-se outras cidades. Duas delas guardam ainda no nome a memória da origem: Poços de Caldas e Santa Rita de Caldas. Cerca de outros 20 municípios do Sul de Minas pertenceram antes ao de Caldas. A despeito de tantas “perdas” de território, Caldas é até hoje um dos maiores municípios de todo o Sul de Minas.

Fora Pocinhos do Rio Verde, o município possui ainda outros três povoados: Laranjeiras de Caldas, Santana de Caldas e São Pedro de Caldas. Um recente movimento de moradores com vistas à “separar” Santana de Caldas e torná-la parte do município de Poços de Caldas foi por poucos dias a principal notícia entre bares e corredores da Prefeitura. Para os não-separatistas mais fervorosos, a iniciativa era injusta e arbitrária, mesmo que a decisão da troca viesse a ser tomada através de um plebiscito entre os proprietários e moradores dos sítios, fazendas e do povoado de Santana de Caldas. Mas outros caldenses justificaram a proposta, que acabou não se concretizando. Afinal, pobre de recursos e idéias de modernização, Caldas pouco fizera até então por Santana, cujos povoadores, mais próximos geográfica e politicamente de Poços, não escondem as medidas da distância entre o “progresso” de Poços de Caldas e o “atraso” de Caldas. As duas palavras entre aspas são muito usadas quando se trata comparar as duas cidades vizinhas e os dois municípios limítrofes.

Ao contrário de Andradas, mais na fronteira de São Paulo, colonizada por migrantes italianos e hoje, como outras, visivelmente mais próspera do que Caldas, com quem divide com vantagem a quase exclusividade da produção de uva e vinho em todo o Sul de Minas, a cidade e o município foram povoados inicialmente por fazendeiros portugueses. A partir de 1780 eles abrem fazendas de criação de gado em terras altas, férteis e muito pouco planas, a meio caminho da estrada que Veríssimo João de Carvalho desbravou entre Ouro Fino e Cabo

Verde, em regiões sul mineiras onde durante algum tempo houve uma pequena e efêmera economia de mineração de ouro.

Uma curiosa autoconsciência de que o lugar oscila agora entre o “atraso” e a “decadência” chega até mesmo os documentos semi-oficiais. Na primeira das quatro páginas que apresentam o município em uma publicação do IBGE, datada de 1958, portanto há já 30 anos atrás, Caldas convive com as seguintes quatro etapas de sua história: “até meados do século XVIII – região habitada pelos tapuios, sem brancos; desbravamento com bandeiras de mineiros e paulistas na região a oeste do Rio Pardo; povoamento; fase contemporânea do ciclo pastoril, decadência” (sic)¹.

A descoberta de urânio em terras do município, durante um curto tempo alimentou esperanças de que um inesperado surto de progresso enfim de uma vez por todas transformaria um município pobre e agropastoril em área pólo de “indústria e progresso”. Mas pelo menos até agora a exploração de minerais radioativos executadas pela NUCLEBRÁS está vinculada a Poços de Caldas que, injustamente, segundo a maioria dos caldenses, ganha sozinha o poder, o dinheiro de impostos e um mercado não desprezível de força de trabalho. Os direitos sobre os benefícios diretos e indiretos da exploração do urânio em terras de Caldas estão em discussão até hoje, sem que os seus motivos pareçam ter sido ouvidos com atenção fora dos limites do município.

Nos últimos anos de vez em quando Caldas vai aos noticiários dos jornais por dois motivos opostos. A apresentação de seu potencial de belezas naturais e águas minerais em Pocinhos do Rio Verde. Os protestos da população do Município por causa das ameaças devidas ao depósito de material radioativo e à exploração de urânio na “Usina da NUCLEBRÁS”. Ainda em 1994 foi amplamente noticiada a mobilização da população de Caldas, que protestou nas ruas contra a notícia de que “Torta Dois” seria transferida de São Paulo para Caldas.

Quais seriam as razões deste “estado de coisas” em um município que já foi reconhecidamente rico e próspero, encravado em uma das regiões que muito próxima a São Paulo e em crescente processo de modernização da agricultura e de industrialização melhor associa estes dois qualificativos em todo o estado de Minas Gerais? Não se trata de discuti-las aqui e, por isso, limito-me à apresentação de alguns indicadores de atualidade da economia de

¹ Ver a página 280 da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, XXIV volume, 1958, IBGE, Rio de Janeiro. Com o que pelo menos as autoridades locais não desejam concordar. Parte de um texto publicado pela Prefeitura por ocasião da 27ª Festa da Uva: “Ao longo de todos estes anos Caldas progrediu e foi ao centro geográfico de uma vasta região. Caldas deu origem há mais de 20 municípios sul mineiros. Hoje Caldas conta com um nascente parque industrial, baseado na agroindústria, principalmente a produção de alimentos (doces, vinhos e derivados do leite)”. Caldas em destaque, pg.18, PMC, 1988, Caldas.

Caldas, antes de passar em seguida ao estudo específico do caso dos cultivadores de uva e produtores de vinho, através de cujos valores e ações de trabalho e produção desejo discutir a questão da tradicionalidade na agricultura.

Um primeiro dado comparativo e mais francamente quantificável poderia ajudar a estabelecer um paralelo entre um município de tradição agropastoril do Sul de Minas e outros que, mais recentes quanto ao povoamento, e mais definidamente modernizados do ponto de vista da agricultura e da pecuária leiteira, multiplicaram várias vezes nos últimos 30 anos a sua população e os indicadores de sua economia. Medido em “milhões de cruzeiros”, o ICM arrecadado em Caldas passa de 596 em 1970 para 1087 em 1975 e 17.015 em 1980. Nos mesmos anos, Poços de Caldas passa de 11.590 para 90.029 e 1.825.453, enquanto Pouso Alegre salta de 2.918 para 24.440 e 406.669. Deixemos por um momento de lado o caso de Poços de Caldas, um município anômalo, territorialmente várias vezes menor do que Caldas, populacionalmente várias vezes maior, onde os desejos do turismo nacional (há ônibus de duas empresas de grande porte entre São Paulo e Poços de Caldas pelo menos a cada meia hora) e os interesses da indústria estratégica (NUCLEBRÁS) ou do capital multinacional (ALCOA e outras), fazem dos serviços de hotelaria e derivados, assim como da indústria moderna e de grande porte, as duas maiores fontes de ingresso e mercado regional de força de trabalho.

Há menos de 10 anos atrás o ICM arrecadado em Pouso Alegre era 4,8 vezes maior que o de Caldas, em 1980 ele foi quase 24 vezes maior. Mas é possível que na distribuição mineira de cotas-parte do mesmo ICM, o paralelo seja mais descritivo e estabeleça melhor as diferenças. Com a mesma medida em milhões de cruzeiros, Caldas sobe de 118 em 1970 a 619 em 1975 e, finalmente, 4.951 em 1980. Monte Sião, cidade próxima, com uma quase igual população e um território menor, mas onde a expansão da agricultura cafeeira e um surto consistente de pequenas oficinas e fábricas de tecelagem de lã e fios semelhantes em poucos anos, altera a lógica e os números da economia, passa de 71 em 1970 e 680 em 1975 e a 8650 em 1980, quase duas vezes mais do que cabe a Caldas. Nos mesmos três anos Pouso Alegre sobe de 772 a 2.474 e a 70.321, enquanto Poços de Caldas geometricamente sobe de 1.429 e 16.859 e a 241.967².

Como grande parte do Sul de Minas, o município de Caldas não concentra um número significativo de latifúndios e, menos ainda, de modernas empresas rurais. Entre montanhas de clima temperado (a sede do município está a 1040 m de altitude), terra fértil, mas de muito

² A fonte é o Anuário Estatístico de Minas Gerais, editado em 1982, em Belo Horizonte, pela Sec.de Planejamento e Coordenação Geral do Governo de Minas Gerais.

difícil mecanização, a paisagem dos atuais 693 km² do município entrecorta inúmeras pequenas propriedades: fazendolas de criação de gado leiteiro, sítios de agricultura tradicional, pequenos sítios e chácaras em número crescente procurados para usos de lazer. O bairro rural continua sendo a unidade de referência e vizinhança das famílias camponesas. Ainda que Caldas conserve, mais do que quase todos os outros municípios do Planalto de Poços de Caldas, uma estrutura de produção e modo de vida predominantemente rurais, fala-se em um duplo processo de migração-urbanização: a) de moradores das áreas rurais que vêm viver na sede do município, em boa medida devido às condições atuais de locomoção entre ela e as áreas de sítios e fazendas mais próximas; b) de residentes rurais que migram diretamente para cidades de municípios maiores de Minas Gerais e de São Paulo. Um decréscimo real da população é visível, de ano para ano³.

QUADRO 1

| área em hectare | 1970 | 1975 | 1980 |
|---------------------------|------|------|------|
| Menos de 1 | 1 | 6 | 69 |
| 1 a menos de 2 | 22 | 38 | 136 |
| 2 a menos de 5 | 228 | 191 | 475 |
| 5 a menos de 10 | 232 | 295 | 282 |
| 10 a menos de 20 | 294 | 315 | 199 |
| 20 a menos de 50 | 329 | 425 | 59 |
| 50 a menos de 100 | 192 | 191 | 8 |
| 100 a menos de 200 | 86 | 100 | 2 |
| 200 a menos de 500 | 23 | 36 | - |
| 500 a menos de 1000 | 3 | 5 | - |
| Total de estabelecimentos | 1390 | 1553 | 1358 |

Fonte: IBGE

O número total de estabelecimentos não varia significativamente, mas o jogo de suas dimensões, sim. Há um aumento de 163 novas propriedades entre 1970 e 1975, mas elas decrescem de novo em 195 até 1980 para de novo aumentarem em 64 até 1985⁴. Difícil

³ De acordo com o Anuário Estatístico de Minas Gerais, havia até 1950 17.706 pessoas no município. Em 1970 elas decrescem para 14613 (4.377 urbanos e 10.236 rurais). Em 1980 são 13.677 (5.320 urbanos e 8.357 rurais). Não consegui dados estatísticos mais atuais, mas agentes da Prefeitura insistem em que a população total diminuiu ainda e já a metade dela reside hoje na cidade ou povoado de algum dos 3 distritos.

⁴ Não é fácil aceitar sem críticas os dados do IBGE e não me foi possível confrontá-los com os do cadastramento do INCRA, tal como isto deveria ter sido feito. Assim, na Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário do IBGE para o ano de 1985, são arroladas 442 propriedades rurais com menos de 10 ha. e 848 entre 10 a 100 (intervalos entre estas categorias não são apresentados). Ora, em 1970 há em Caldas 483 chácaras e sítios com menos de 10 ha. e 640 com menos de 100 ha., respectivamente, 530 e 921 e em 1980 eles são 962. Esta me parece ser a

calcular até que ponto tais cifras são corretas. Elas se aproximam aos dados anuais do INCRA para o município e parecem concordar com o que dizem as pessoas ligadas ao ramo. No entanto, propriedades inteiras têm sido transacionadas em proporção cada vez menor e isto não vale como regra apenas para o caso dos sítios menores e das chácaras que, constituídas por sua vez a partir do desmembramento de sítios e fazendas próximas, passam de terras e propriedades de trabalho agrícola a locais de turismo e lazer. O que tem ocorrido com frequência, principalmente após 1975, é um desmembramento crescente de propriedades rurais, cujos donos “dispõem” de pequenas parcelas de suas terras, em parte por razões de dívidas bancárias ou com outros tipos de credores. Há uma divisão de propriedade não mais tanto agora por herança e, sim como uma estratégia – sempre indesejada, mas vista como cada vez mais inevitável – de preservação do “resto da propriedade”.

Em momentos seguintes será preciso buscar outras interpretações para explicar uma aparente contradição entre um incremento mais do que visível da pecuária, o que, nas condições locais de posse e uso de terra implica alguma concentração da propriedade fundiária, dado que não é rentável “criar boi em sítio”, e uma evidente fragmentação das terras, principalmente dos sítios dedicados à agricultura. Busquemos outros dados.

Ora, em 1970, a média das propriedades rurais com menos de 10 há. era de 5,48 ha. Em 1975 ele decresce para 5.23 ha. e em 1985 ela diminui para 3,23, o que indica uma tendência efetiva a parcelamentos de propriedades a dimensões de fato não produtivas, dada as condições de solo e relevo da região.

É possível que os dados a respeito das utilizações da terra sejam mais descritivos. De saída, o aumento das áreas destinadas ao criatório de gado leiteiro em uma região de antiga vocação camponesa e agrícola, é geométrico e merece a atenção. Isto não tanto pelo número de propriedades que passam de uma atividade prioritária à outra, ou que incorporam a segunda em concorrência com a primeira, mas, sim, pelo aumento muito grande de terras roubadas às florestas (abundantes e belíssimas, em uma região montanhosa) e principalmente às antigas áreas de lavoura.

tendência correta da variação do tamanho de propriedades, o que, em boa medida, importa em variações de seus usos, em boa parte dos casos. Notemos que entre 1975 e 1980 (anos tidos com de uma torre crise em toda a economia agrícola e pastoril na região) há um aumento de 63 propriedades com menos de um hectare (chácaras de lazer ou minifúndios que “não sustentam uma família”) e um aumento de 98 propriedades com menos de 2 ha. (idem), há um aumento importante de 284 propriedades com menos de 5 ha. e, em evidente contrapartida, reduções do número de propriedades maiores. Elas são menos 116 entre 10 e 20 ha., menos 356 entre 20 e menores de 50 ha. e são menos 183 entre 50 e menores de 100 ha.

QUADRO 2 - Distribuição dos estabelecimentos rurais e de áreas em hectares segundo a sua destinação de produção.

| destinação da terra | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 |
|-----------------------------|-------|-------|-------|-------|
| total de estabelecimentos | 1390 | 1553 | 1358 | 1422 |
| total de hectares ocupados | 50472 | 61268 | 54815 | 64984 |
| lavouras permanentes | | | | |
| total de estabelecimentos | 485 | 367 | 435 | 421 |
| total de hectares | 1264 | 839 | 970 | 917 |
| lavouras temporárias | | | | |
| total de estabelecimentos | 1234 | 1290 | 1175 | 1232 |
| total de hectares | 5728 | 7558 | 8383 | 6737 |
| pastagens | | | | |
| total de estabelecimentos | s.i | 1425 | 891 | 1177 |
| pastagens naturais: área | 1161 | 43538 | 34927 | s.i.* |
| pastagens plantadas: área | 29 | 188 | 1343 | s.i. |
| florestas | | | | |
| florestas naturais: área | 611 | 747** | 602 | s.i. |
| florestas plantadas: área | 57 | 98 | 120 | s.i. |

Fonte: IBGE

* a Sinopse do IBGE para 1985 não oferece dados sobre a área dedicada à pastagem, mas apenas o número de cabeças de gado.

** este número 747 ha. é bastante indicativo da dificuldade de lidar com os dados estatísticos dos censos, mesmo quando se reconhece que é só com eles que se conta. Florestas naturais não estão aumentando em toda a região e nem qualquer área de outro município foi incorporada a Caldas. Entretanto, entre 1970 e 1975 há um aumento de 136 ha.

Ora, alguns outros dados comparativos do IBGE devem ser levados em conta. É muito grande o número de cabeças de gado em Caldas? Certamente não, muito embora seja voz corrente que a cada ano, mais proprietários rurais reduzem áreas de lavouras permanentes e temporárias e aumentam as pastagens. Vejamos. Entre 1970, 1975 e 1980 o número de pequenos e médios pecuaristas de gado de corte cresce de 51 para 274 e depois diminui para 258. O de criadores de gado de leite varia mais: ele se reduz de 1062 para 846 entre estes anos, mas aumenta para 1177 em 1985 (cujo censo preliminar reúne os dois tipos de criadores). O número de cabeças de gado de corte oscila na mesma proporção: 2459 em 1970, 6395 em 1975 (“bons tempos”, segundo alguns) e 5641 em 1980. O gado de leite permanece estável entre 1970 e 1975: 26444 e 26355; diminui em 1980 20.801; aumenta (somado com o de corte) em 1985: 31.374. Aves e suínos diminuem de maneira visível de 1975 para 1980.

Mas o que ocorre entre os mesmos períodos com as áreas declaradas como destinadas à lavoura e à pecuária? Em 1970, 1264 proprietários de um total de 1350, possuem lavouras em suas terras; em 1975 eles são 1350 entre 1553 e em 1980 são 1230 em 1358. Dos 126 proprietários sem lavouras em 1970, 203 em 1975 e 128 em 1980, é possível imaginar que vários são donos de pequenas chácaras de recreio e, uma minoria, criadores não interessados em agricultura, de vez que se reconhece em Caldas que todos os proprietários sitiantes, residentes ou não em suas terras, sempre ocupam pelo menos uma pequena parte com “a lavourinha do gasto”. Entre permanentes e temporárias, as áreas de lavoura estão distribuídas da seguinte maneira, de acordo com o número de estabelecimentos rurais que as produziram em 1970, 1975 e 1980.

QUADRO 3 - Distribuição dos estabelecimentos rurais segundo o tamanho de lavouras permanentes ou temporárias.

| área de lavouras em hectares | número de estabelecimentos | | |
|------------------------------|----------------------------|------|------|
| | 1970 | 1975 | 1980 |
| menos de 1 ha. | 21 | 95 | 79 |
| de 1 a 2 ha. | 124 | 198 | 136 |
| de 2 a 5 ha. | 654 | 612 | 475 |
| de 5 a 10 ha. | 76 | 223 | 282 |
| de 10 a 20 ha. | 27 | 164 | 199 |
| De 20 a 50 ha. | 8 | 52 | 59 |
| de 50 a 100 ha. | — | 5 | 8 |
| de 100 a 200 ha. | — | 1 | 2 |
| De 200 a 500 ha. | — | — | — |

Poderia haver uma ligeira indicação de um aumento das áreas de lavouras? Certamente não, ou pelo menos não significativamente. Se aumentam muito os estabelecimentos que cultivam, por exemplo, entre 20 e 50 hectares, o que se considera na região como uma área de produção média (e, em anos fecundos de dádivas da natureza e favores do mercado, uma possível safra capaz de possibilitar alguma capitalização) os números dos proprietários que se lançam a grandes lavouras (próprias e em terras de arrendo) aumenta em muito pouco. O seu número é muito pequeno, se comparado com o que ocorre em outros municípios vizinhos. Entre os anos de 1970 e 1975 há um aumento relevante nas lavouras que passam de “pequena” a “média”, como as de 5 a menos de 10 ha. e as de 10 a menos de 20 ha., enquanto o plantio de pequenas lavouras aumenta e decresce. E tende a decrescer, segundo a opinião

dos técnicos e EMATER e dos próprios sitiantes, de modo ainda mais acentuado entre 1980, como deverei esclarecer mais adiante.

O que importa ter claro é que essas oscilações são pequenas e muito pouco indicativas de qualquer tendência, a não ser um crescente interesse pelo gado. Não há no município uma concentração definida por uma modalidade de produção agrícola, tal como acontece com café, um município como Machado, ou com a batata inglesa, como em Ipuíuna, vizinho, “a capital da batata”. Resta procurar adiante, nos depoimentos de técnicos e produtores as razões pelas quais um grande município, antigo maior produtor de uva e vinho em Minas Gerais e, hoje, potencial maior produtor de batata baroa (conhecida na região por mandioquinha salsa) não define qualquer uma de tais direções de “vocação agrícola”, não tão raras em regiões vizinhas, e que têm levado outros municípios a um “progresso” pouco consistente, mas efemeramente notável, que às pessoas de Caldas causa, mineiramente, espanto e desconfiança.

Se o número de cabeças de gado de corte e de leite aumenta muito a partir de 1970 (segundo informa es) e, mais ainda, entre 1970 e 75, segundo os dados do quadro 2, para diminuir um pouco até 1980 (mas não em área de pastagens plantadas) e de novo aumentar bastante entre 1980 e os dias de agora, o que se verifica em Caldas justamente neste “agora” é uma definida tendência   pecuária. Cresce o número dos proprietários que “d o de arrendo” as terras de lavouras e criam gado “por conta própria”. Segundo alguns, e será preciso voltar a isto, “daqui pra frente”, a agricultura tenderá a ficar em mãos de pequenos proprietários camponeses, em cujas terras não compensa a pecuária, ou sob os cuidados de lavradores de pequenas escala, ou de produtores empresários de lavouras de mercado, igualmente arrendatários. Estes últimos costumam ser desinteressados da compra de terras e motivados, como os “batateiros”, a ampliarem a produ o através de arrendo em várias propriedades, não raro em dois ou três municípios.

De acordo com os dados obtidos junto à Prefeitura Municipal, 9.928 ha. das terras particulares do município estavam dedicadas à lavoura entre 1980 e 1985, enquanto 40.704 ha. eram ocupadas com pastagens naturais (ainda francamente dominantes em toda a região) e cultivadas. No ano de 1980 o censo do IBGE assinala um número já maior de pecuaristas do que de agricultores. É consenso que tal diferença aumentou e tende a aumentar mais ainda.

Vejamus como têm ocorrido tais varia es na agricultura tomando em conta o caso dos principais produtos de lavoura em Caldas.

QUADRO 4 - Variação dos principais produtos de lavouras permanentes e temporários em Caldas

| desempenho das lavouras | 1970 | 1975 | 1980 |
|---|-------------|-------------|-------------|
| as lavouras permanentes | | | |
| UVA | | | |
| proprietários que declararam possuir ou haver plantado: | 200 | 153 | 148 |
| área plantada em há.: | 308 | s.i. | 206 |
| toneladas colhidas: | 890 | 714 | 589 |
| valor em 1000 Cr\$ | 254 | 759 | 4773* |
| CAFÉ | | | |
| proprietários etc.: | 168 | 116 | 152 |
| área plantada em há.: | 624 | 264 | 231 |
| toneladas colhidas: | 483 | 211 | 154 |
| valor em 1000 Cr\$: | 538 | 1054 | 6388 |
| as lavouras temporárias | | | |
| BATATA INGLESA | | | |
| pessoas que declararam | | | |
| haver plantado: | 666 | 196 | 247 |
| área plantada em ha.: | 1135 | 337 | 452 |
| toneladas colhidas: | 6059 | 3183 | 4228 |
| valor em 1000 Cr\$: | 1086 | 2856 | 36040 |
| MILHO | | | |
| Pessoas, etc.: | 1257 | 1256 | 1118 |
| área plantada em ha.: | 4909 | 6440 | 6067 |
| toneladas colhidas: | 6608 | 11858 | 14132 |
| valor em 1000 Cr\$ | 1149 | 8450 | 6067** |
| ARROZ | | | |
| Pessoas, etc.: | 559 | 443 | 371 |
| área plantada em ha.: | 393 | 317 | 273 |
| toneladas colhidas: | 337 | 299 | 277 |
| valor em 1000 Cr\$: | 151 | 744 | 3079 |
| FEIJÃO | | | |
| Pessoas, etc.: | 1078 | 1015 | 918 |
| área plantada em ha.: | 1459 | 1080 | 1433 |
| toneladas colhidas: | 362 | 322 | 485 |
| valor em 1000 Cr\$: | 269 | 1391 | 18570 |
| MANDIOQUINHA SALSA | | | |
| Pessoas, etc.: | 13 | s.i. | 28 |
| área plantada em ha.: | s.i. | s.i. | s.i. |
| toneladas colhidas: | 29 | s.i. | 149 |
| valor em 1000 Cr\$: | 14 | s.i. | 1822*** |

Fonte: IBGE

** Uva e vinho serão os produtos de lavoura e agroindústria objeto dos próximos capítulos. No entanto, não custa adiantar alguns dados comparativos. Os dois maiores produtores mineiros de uva e vinho são Caldas e Andradas. Por enquanto não há tempo de comparação entre eles e todos os outros. Mas em Andradas, em 1986, apenas 84 produtores declararam lidar com a uva. Eles cultivam 257 ha. contra os 206 de Caldas, colheram 1987 toneladas contra as 589 toneladas de Caldas e tiveram ganhos de CR\$16.886.000,00 contra os 4.733.000,00 dos de Caldas.*

*** Milho, arroz e feijão não se fazem acompanhar em Caldas de outros produtos de lavoura camponesa tradicional no Centro Sul do país. Em 1970, apenas três proprietários declaram produzir lavouras de cana para o mercado e apenas 62 plantaram mandioca. Não me parece ter havido variações significativas de lá para cá.*

**** A batata baroa, a mandioquinha salsa da região, tende a tornar-se uma lavoura alternativa de importância crescente. Entre 1975 e 1985, houve um aumento muito grande de pequenos produtores dela e nos últimos anos foi, sem dúvida alguma, o produto de maior rendimento no município.*

Como em praticamente todo o Sul de Minas, a agricultura caldense começa com a policultura tradicional “caipira”, com a diferença de que, devido ao relevo montanhoso das terras e ao clima temperado, com geadas anuais durante vários dias do inverno, alguns produtos de cultivo corriqueiro em terras baixas nunca tiveram uma importância de peso em todo o Planalto de Poços de Caldas, como a cana, a mandioca e o fumo⁵.

Até cerca de 1940 a criação de gado bovino era insignificante, especialmente para o leite. Nas a partir daí ele é introduzido em escala ascendente e tende a tornar-se agora a atividade rural de maior importância nas terras altas do Planalto, com as pastagens substituindo pouco a pouco antigas áreas de lavouras e ocupando, em alguns municípios, até 80% das terras utilizadas. Raras as regiões próximas a Caldas onde o pasto não ocupe pelo menos 65% das áreas aproveitadas das fazendas. Durante vários anos do passado, o milho, o arroz e o feijão constituíam a base da agricultura do Planalto e também a da alimentação de uma população então acentuadamente rural: em 1920, 77% das pessoas de Caldas viviam em sítios, povoados e fazendas e se dedicavam à agricultura.

Antes da introdução do gado e, pouco mais tarde, da batata inglesa, o café foi a principal fonte de renda agrícola na região e, em Caldas, concorreu com desvantagens com a uva que nos espera adiante. No município, ele ocupa as terras mais planas e baixas da região de São Pedro de Caldas, próximas a outros municípios, grandes produtores. As terras altas e montanhosas são aos poucos destinadas ao cultivo de frutas de clima temperado e à batata inglesa. O arroz depressa perde importância, assim como a própria batata, no município de Caldas.

⁵ Seria o caso de se abrir uma exceção para a cana? Tenho dúvidas, quando comparo a irrisória produção atual do município e a de anos próximos, no passado, com a de municípios paulistas, logo após a fronteira de Minas. Mas 1980 há 31 engenhocas e outras máquinas de lidar com os produtos da cana no município contra uma para o arroz, duas para o café e uma para o fabrico de manteiga. Contra 106 Ton. de arroz, o município produzia 309 de açúcar e 302 hec. de aguardente. De um total de 6840 ha. de terras então cultivadas, 288 o eram com a cana. Ver recenseamento do Brasil, vol.IV 5a. parte, tomo 1, 1920, Diretoria Geral de Estatísticas do Mm. de Agricultura, Indústria e Comércio.

Ao contrário da uva e do criatório de gado leiteiro, a batata inglesa é cultivada por meeiros e, principalmente, arrendatários, em terras planas ou – de preferência – na encosta dos morros. É uma cultura agrícola que importa técnicas modernas e depredatórias, com adubação química e irrigação. No passado as terras eram devolvidas ao proprietário com “pasto formado” após 6 anos em média. Hoje este tempo tende a ser reduzido para um período entre 2 e 3 anos. Trata-se de uma lavoura muito irregular devido à oscilação de sua produtividade e dos preços no mercado. “Ela faz um homem rico num ano e ele pobre no outro”, costuma-se dizer na região⁶.

Ainda é o milho o produto mais cultivado, mesmo quando tende pouco a pouco a não ser o que ocupa maior proporção das terras de lavouras. Tradicionalmente é plantado em sítios e fazendas, sozinho ou associado com o feijão, a abóbora, o café e mesmo as parreiras.

De acordo com dados de Censo Agrícola de 1955, a batata inglesa e a uva disputam o primeiro lugar entre os produtos da terra em Caldas. 1222 ha. são plantados com batata e 360 com parreirais. Mas a batata inglesa rende 27,60% do valor da produção agrícola e a uva (na venda direta “para a mesa” e para o vinho) rende 26,56%. A seguir o café ocupa uma área de 1400 ha. e rende 20,09%. O milho ocupa 2100 ha. e rende 15,80% e o feijão 235 ha. e 2,55%, enquanto o arroz ocupa 265 ha. e rende 3,26%. As posições entre os dois se invertem a partir de então, O lucro com o gado já é então bastante maior do que o que sitiantes e fazendeiros podem conseguir com a agricultura. Todo o valor computado para a agricultura de Caldas em 1955 é de CR\$ 48.957.000, enquanto o valor do comércio de carne e leite é estimado em CR\$ 41.400.000, e o do criatório de todos os animais em CR\$ 71.423.000⁷.

Em toda a região do Planalto de Poços de Caldas, em 1960 o leite, o café e a batata inglesa produzem valores muito próximos, girando em torno a três milhões de cruzeiros, mais do dobro do valor da produção do milho e seis vezes mais do que a do feijão.

Antes de procedermos a uma análise mais detida dos dados e rumos da agricultura e da pecuária em Caldas, procuremos concluir esta estatística, com a descrição de números complementares sobre tecnologia de produção e sobre as suas relações sociais, incompleta e imperfeita, mas necessária.

Comparada com regiões próximas do Sul de Minas, em direção a Machado, por exemplo, e a Varginha ou a Pouso Alegre, a agricultura em Caldas possui índices bem rudimentares de desenvolvimento tecnológico. Em 1920 havia no então vasto município, 808

⁶ Apesar do tamanho do município, a produção de batata inglesa em Calda sempre foi pequena, se comparada com a de municípios vizinhos, dentre os quais destaca-se IPUUNA.

⁷ Dados da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros - Minas Gerais, pgs.281 a 284.

estabelecimentos rurais. Dos 130 investigados na ocasião, em apenas 3 havia arados e só em um havia cultivadores. Não havia tratores e ceifadores. Cinquenta anos depois, em 1970, entre 1390 propriedades rurais são contados arados puxados por pessoas ou animais em 596 estabelecimentos, tratores em 11 e ceifadores em 13. Em 1975 os arados diminuem para 446 e aumentam os tratores para 41 e as colhedoras para 59. Mas este aumento aparentemente importante não acompanha a mesma curva ascendente daí em diante. Em 1980 há no município 461 arados e 76 proprietários dividem 88 tratores, número que se repete cinco anos mais tarde, em 1985. Com o crédito oferecido nos últimos anos aos criadores de 1993 para cá aumentou muito o número de tratores.

Estes dados traduzem uma limitada modernização da agricultura de Caldas, quando os seus índices são comparados com os de regiões agrícolas de Minas e São Paulo, vizinhas, onde a modernização capitalista das atividades agropecuárias deixou de ser a exceção em algumas propriedades rurais, e tornou-se efetivamente a regra⁸. Levemos em conta que em muitos casos a não-posse de tratores não significa que eles não sejam usados, pelo menos nos períodos de preparo dos terrenos para o plantio. Na verdade, uma parte dos gastos anuais que um sitiante destina à agricultura corre por conta do aluguel de horas-de-trator, sempre que o trabalho de aração e gradeamento realizado com o arado de tração animal não é suficiente. Sempre que o declive do solo a ser trabalhado permite o acesso do trator. Assim, segundo censos agropecuários dos períodos aqui considerados, a força matriz animal é empregada usualmente em 714 propriedades em 1970, em 744 em 1975 e em 425 em 1980. No entanto é necessário considerar que o uso diminuído do arado a tração animal nestes últimos cinco anos pode ser também devido à produção do interesse pela agricultura em toda a região. Nas se o uso de meios mecânicos aumenta de apenas 7 propriedades em 1970, para 517 em 1975 e para 849 em 1980, não estaria isto querendo traduzir uma modernização seletiva no trabalho agrícola? Mecanizam a agricultura aqueles que podem fazê-lo: a) em primeiro lugar, os ainda muito poucos fazendeiros e proprietários (não mais do que 6% de todas as propriedades rurais

⁸ A comparação pode ser até mesmo grosseira, mas juntamente o seu contraste pode ser ilustrativo. Em seu trabalho sobre pequenos plantadores de algodão na região de Leme e Araras, em São Paulo, Maria de Nazareth Baudel Wanderley apresenta os seguintes dados: “em 1940 64,6% da área plantada com algodão em São Paulo eram cultivados manualmente, 28,1% recebiam um preparo misto e 7,3% um preparo mecânico. Em 1947 as proporções eram respectivamente, 72,0%, 33,4% e 2,7%... Baseadas em dados da Secretaria de Agricultura do Estado, Maria Tereza Fleury estima que em 1960 apenas 3% das propriedades produtoras de algodão não executam as operações de aração e gradeação. Nessa ocasião, segundo a mesma autora, 3% das propriedades utilizavam instrumentos de cultivo manual, 3% das propriedades utilizavam equipamentos à tração animal e 74% já usavam tração motorizada, em 1971, os dados revelam a eliminação da prática do preparo manual, 24% das propriedades ainda mantinham a tração animal e 76% a tração mecânica”. A partir desta data o plantio com trator passou a ser a prática usual de mais de 80% dos produtores de algodão, chegando a 93% em 1980 (Trajetória Social e Projeto de Autonomia: os produtores de algodão da região de Campinas, São Paulo, pgs.67).

do município) que possuem meios mecânicos de produção, divididos entre um número maior de tratores e um número muito menor de colhedoras; b) em segundo lugar, aqueles que podem pagar o aluguel de máquinas em épocas de plantio e, menos freqüente, de colheita.

A julgar pelos dados do Censo Agropecuário do IBGE, cerca de 62% das propriedades rurais empregam algum meio mecânico de modernização do trabalho agrícola. De acordo com informações de sítiantes e de técnicos da EMATER, tais números em absoluto não correspondem a uma efetiva multiplicação do acesso sistemático e racional de fazendeiros e sítiantes aos meios modernos de trabalho com a terra. Assim, se todos os arrendatários “batateiros” usam intensamente o trator, a adubação química, os defensivos agrícolas e a irrigação, tais práticas são muito menos empregadas entre os cultivadores de milho e feijão e, menos ainda, entre os que ainda insistem em cultivar a uva⁹.

Na verdade, uma resistência à modernização da agricultura e até mesmo da pecuária parece ser a principal característica do que se poderia chamar a “atitude típica” do produtor rural de Caldas. Não que ele possa e deva ser confundido com o agricultor “caipira” por ventura existente em Minas Gerais ou em qualquer parte do país. O que, por exemplo, insistem os técnicos em agricultura da região em afirmar, é que a compra de alguns tratores e o uso de fertilizantes e herbicidas em escala crescente não significa uma mudança efetiva de lógica e de comportamento, no que respeita a teoria e a prática da produção agropastoril. É como se equipamentos e produtos de uma agricultura moderna fossem incorporados às atividades em número parcimoniosamente crescente, sem que a isto se acompanhe uma passagem efetiva de uma racionalidade “tradicional” para uma moderna.

Segundo os mesmos técnicos, perdida a fertilidade das terras conquistadas sobre florestas derrubadas, não há como não adotar o uso da adubação química. Mas é ínfima a proporção dos agricultores locais que se transferem para uma lógica de aproveitamento racional de suas terras: que procuram fazer análise do solo, que procedem à correção (quase sempre necessária) do pH da terra; que utilizam formas baratas de irrigação, em uma região onde o que mais sobra é justamente a água; que incorporam às suas práticas sistemas de proteção de fertilidade do solo.

Do outro lado, de acordo com a mesma crítica da técnica, a compra ou o aluguel do trator apenas faz serem meios arcaicos de preparo do terreno, em “limpa” das lavouras (em casos mais raros e de colheita, mais ainda). Esta incorporação, por compra direta ou por

⁹ Assim também, 614 produtores rurais declaravam haver utilizado adubação química em 1970, 815 em 1980 e 1062 em 1985, contra apenas 148 em 1970, 127 em 1985 e 289 em 1980 que declaram haver utilizado adubação orgânica em suas lavouras. Não informadas no censo de 1970, técnicas de conservação do solo são lembradas por 195 proprietários em 1975 e por 284 em 1980.

aluguel, não sucede uma racionalização da estratégia da produção agrícola, seja no trato dos mesmos produtos, seja na introdução de novos.

A composição social da produção

Que a região agropastoril de Caldas é, no que respeita o tamanho das propriedades e a dimensão das diferentes lavouras, eminentemente de sítios de produção familiar, parece ser fora de dúvida. Voltemos por um momento o olhar aos quadros 1 e 2.

Das 1390 propriedades rurais do município em 1970, 777 possuem menos de 20 ha. (menos de 5 alqueires) o que configura uma propriedade que mal produz, na região, o suficiente para o sustento de uma família de 6 pessoas¹⁰. Isto representa cerca de 56% das terras de sítios e fazendas, somadas como unidades de estabelecimentos rurais. Na direção oposta, apenas 112 fazendas possuem entre 100 e menos de 1000 ha., mas só 3 estão dentro da faixa entre 500 e menos de 1000 ha. Elas não são mais do que 8% do total dos estabelecimentos rurais (100 ha. representam pouco menos de 40 alqueires e configuram a pequena fazenda no Sul de Minas).

Saltemos o ano de 1975. Em 1980 a quantidade de pequenos sítios aumenta bastante, em detrimento das fazendas de médio e grande porte. Com menos de 20 ha. eles são agora 1161 e representam pouco mais de 85% do total dos estabelecimentos rurais. Com mais de 100 ha. há agora apenas duas propriedades. Na faixa intermediária, isto é, entre 20 e menos de 100, elas são apenas 67, contra as 501 de dez anos antes.

Em 1970, 1390 propriedades ocupam 50472 ha., o que dá uma média de 36,30 ha. por propriedade. Em 1980, 1358 sítios e fazendas dividem 54815 ha., com uma média de 40,36 ha. por propriedades. Em 1985, finalmente, 1422 propriedades rurais abrangem 64984 ha., com uma média maior, afinal, de 45 ha. por propriedade.

QUADRO 5 – Estabelecimentos rurais cadastrados no município segundo o modo de exploração

| Modo de exploração | 1920 | 1970 | 1975 | 1980 |
|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| 1. uso social da terra | | | | |
| Terras próprias | | 993 | 1235 | 931 |
| Terras arrendadas | | 227 | 90 | 119* |
| Terras ocupadas | | 79 | 90 | 118 |

¹⁰ Há muita controvérsia sobre esta questão. Em termos ideais acredita-se que uma família camponesa poderia viver bem com terras de 40 ha., mas, dadas as atuais.

| | | | | |
|--|-------|------|------|---------|
| Próprias e arrendadas | | 74 | 87 | 140 |
| Próprias e ocupadas | | s.i. | 41 | 23 |
| Próprias, arrendadas e ocupadas | | s.i. | s.i. | 12 |
| 2. responsável direto pela exploração | | | | |
| O próprio proprietário | 764 | 1076 | 1508 | 1227 |
| Administradores | 31 | s.i. | 20 | s.i.** |
| Ocupantes | | 79 | 90 | 125 |
| Arrendatários | 13*** | 82 | 90 | 101 |
| 3. categoria do proprietário | | | | |
| Proprietário individual | | 1331 | 1476 | 1277 |
| Propriedade em condomínio | | 49 | 63 | 72 |
| Sociedade anônima | | 6 | 10 | 6 |
| Propriedade pública | | 4 | 4 | 2 |
| Instituição religiosa | | - | - | 1 |
| 4. total de estabelecimentos | 808 | 1390 | 1553 | 1358*** |

* Como os serviços dos censos costumam recair sobre os proprietários rurais, mais do que sobre os produtores rurais, em geral, é muito possível que estejam subestimados, para os três anos em questão, os dados a respeito do número de arrendatários. De qualquer maneira, é preciso insistir em que o pequeno surto de arrendo para “batateiros”, mais intenso na década de 70, caiu bastante em Caldas nos últimos anos.

** Em outro quadro dos anuários do IBGE, aparecem os seguintes dados: propriedade administrada pelo proprietário: 1347 em 1970; 1508 em 1975 e 1322 em 1980; propriedade conduzida por um administrador/ produtor: 43 em 1970; 20 em 1975 e 36 em 1980.

*** Revisão de alguns dados e complemento de outros: a) segundo estatísticas do Governo de Minas, em 1975 havia 1415 propriedades rurais em Caldas; b) no mesmo Censo do IBGE, um outro quadro apresenta 1106 proprietários rurais em Caldas e não 1227, no censo de 1980 (1ª parte, p.285); c) a pessoa ocupada em atividades rurais no município, na Sinopse do Censo, soma 4669 homens e mulheres, distribuídos em 1422 proprietários; d) de um total de 1502 sítiantes e fazendeiros em 1975, apenas 4 pertencem a algum tipo de cooperativa. O quadro não muda de modo substantivo nos anos seguintes.

Em 1970, cerca de 77% dos proprietários rurais cadastrados reconheciam-se como os produtores em suas terras. Eles sobem a 95% em 1975 e são 94% em 1980. Quando ocorre de algum sítio ou fazenda não ser “tocado” pelo próprio “dono”, isto é, por ele e mais a sua família, estamos diante de um dos seguintes três casos, por ordem de frequência: 1º- sítios e chácaras de recreio entregues aos cuidados de um “caseiro”; 2º- sítios entregues a arrendatários, seja porque a família proprietária não se vê em condições de “tocar lavoura” agora, seja porque ela se transferiu para a cidade e para pequenos negócios urbanos e não quis ainda vender suas terras; 3º- fazendas de porte maior, dedicadas preferencialmente à pecuária leiteira, com proprietário ausenteista e entregue a administradores.

Todos são casos de exceção, pois a regra é a de que, residindo ou não na propriedade rural, a família se encarregue de sua administração e, mais ainda, do trabalho direto da produção agropastoril. Entre os próprios donos de sítios e fazendas nascidos na região, proprietários por herança e/ou compra, duas categorias de produtores são hoje em dia

evidentes: a) proprietário efetivamente camponês que reside com toda ou com parte da família em seu sítio e que nele produz a sua subsistência e excedentes, plena ou parcialmente dedicada ao trabalho rural; b) o pequeno ou médio proprietário já residente na cidade (quase sempre em Caldas ou na sede de um de seus distritos) que, possuindo ou não algum outro negócio (em geral loja ou emprego em Caldas), responde diretamente pela administração da propriedade. É bem verdade que esta segunda categoria de proprietário/ produtor local começa a dar lugar a uma terceira, seu desdobramento. Trata-se do dono de sítio ou fazenda cuja vida familiar já é urbana. Esposa e filhos vivem na cidade, ou filhos estudam ou possuem empregos “de cidade”. Os negócios urbanos ocupam bastante o tempo dos proprietários, mesmo quando os produtos do sítio ainda respondam por parte substantiva da renda familiar. A família já está plenamente distanciada do lugar rural e do seu trabalho, mas o “dono” não. Ele pode ou não possuir um administrador, mas terá certamente empregados trabalhando sob suas administração. Irá diariamente ao seu sítio, sobretudo se ele for próximo do local da residência urbana e se ele for criador de gado leiteiro. Esta solução local é preferida, sem dúvida, às outras duas alternativas de distanciamento: entregar as terras aos cuidados de um administrador—produtor; arrendar toda a propriedade (o que aconteceria certamente, em tempos de crise, se em vários casos não se abrisse a alternativa de substituição de lavouras por pastagens e do trabalho agrícola direto pela administração próxima ou à distância, de uma pequena pecuária leiteira)¹¹.

Ao longo dos anos aqui considerados, quem afinal trabalha nas atividades agropecuárias? Os dados do próximo quadro descrevem as variações.

¹¹ Confesso que não sei qual a importância de tais dados aqui, quero voltar a alguns números sobre um possível processo de urbanização, em um município de vocação tão “rural” como Caldas. De acordo com o Anuário Estatístico de Minas Gerais, em 1950 em Caldas 3481 sujeitos urbanos e 11072 rurais, em 1960, 4728 e 11736 respectivamente, em 1970 são 4377 e 10236 e, finalmente, em 1980, 5320 e 8361. As porcentagens respectivas são seguintes: 76,4% em 1950; 71,3% em 1960; 70,0% em 1970 e 61,1% em 1980, para os sujeitos rurais. Em 1988 ela é, certamente, menor do que a metade. Mais importante do que essa pequena migração local dos sítios, fazendas e povoados para a cidade-sede, é a perda de caldenses para outras cidades, como já falei, sobretudo Poços de Caldas e cidade de São Paulo. Caldas tinha 16.491 habitantes em 1960 e 13.681 em 1980. Os dados tirados do questionário aplicado pela TELEMIG em abril de 1987, sugerem uma população de 7423 habitantes moradores na sede (5000 pessoas), na sede dos 3 distritos e nos 11 povoados, da Pedra Branca ao Rio Pardo. Não tenho números atuais para a população residente nos sítios e fazendas, mas ela será certamente inferior a 50% e o total de habitantes do município dificilmente será superior a 12.000 pessoas, entre 1970 e 1980 algumas variações não tanto do destino geográfico, mas de seus referente profissional são importantes. De um total de 4964 pessoas efetivamente ocupadas em 1970, 3630 o estão em atividades de agropecuária e 1334 vivem outras ocupações (indústria - quase toda ela de alimentos - comércio, transportes, burocráticos e “outras”). São 73,12% contra 26,89%. Em 1980 são 6178 pessoas ocupadas, 2881 na agropecuária e 3297 nas mesmas atividades urbanas, sendo que as dedicadas a atividades industriais passam em 10 anos de 479 para 1910, sem que nada indique haver em Caldas mais do que algumas fábricas e doces e algumas adegas de vinho. As proporções se invertem em 10 anos. Elas são agora de 46,63% para os rurais e 53,07% para os urbanos. Ainda que entre todo o município de Caldas seja considerado como “um dos mais rurais do Sul de Minas” (não há termo de comparação entre Caldas e Poços de Caldas, por exemplo), a tendência a uma transferência para a cidade e para um “emprego urbano” parece ser irreversível.

Quadro 6

Distribuição das pessoas ativas no setor agropecuário em Caldas, de acordo com o sexo e a categoria de produtor.

| Categoria de trabalhador | 1970 | 1975 | 1980 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Total geral | 4649 | 4294 | 3762 |
| Total de homens | 3527 | 3433 | 3230 |
| Homens com 14 anos e + | 2943 | 3147 | 3003 |
| Total de mulheres | 1122 | 861 | 532 |
| Mulheres com 14 anos e + | 888 | 765 | 440 |
| Categorias de produtores | | | |
| Responsável e membros homens da família não remunerados | 2802 | 2530 | 2253 |
| Idem com 14 anos e + | 2231 | 2280 | 2034 |
| Idem mulheres | 1085 | 729 | 517 |
| Idem com 14 anos e + | 853 | 584 | 425 |
| Proprietários que empregam pessoas em caráter permanente | 92 | 127 | 140 |
| Homens empregados: total | 166 | 252 | 249 |
| Idem com 14 anos e + | 162 | 246 | 248 |
| Mulheres empregadas: total | 8 | 19 | 5 |
| Idem com 14 anos e + | 8 | 13 | 5 |
| Empregados temporários | | | |
| Total | 328 | 196 | 426 |
| Temporários homens | 319 | 196 | 418 |
| Temporários mulheres | 9 | - | 8 |
| Propriedades com empregados temporários | 221 | 209 | 190 |
| Parceiros homens | 163 | 388 | 309 |
| Parceiros mulheres | 15 | 8 | 2 |
| Pessoal trabalhando em outras condições: homens | 77 | 21 | 1 |
| Idem: mulheres | 5 | 1 | 1 |
| Propriedades rurais sem nenhum tipo de empregado contratado ou incorporado | 1000 | 1185 | 904 |
| Total das propriedades rurais do município | 1390 | 1553 | 1358 |

Ora, as contas são simples; em 1970, 71,9% dos sítios e fazendas não empregavam qualquer categoria de pessoal auxiliar, ou seja, em princípio deveriam estar produzindo apenas com o concurso dos membros das famílias proprietária. Esta porcentagem aumenta para 76,30% em 1975 e cai para 66,56% em 1980. Em direção oposta, em 1970 um número de apenas 6,6% dos estabelecimentos rurais possui algum tipo de empregado permanente, em 1975 eles são cerca de 8,2% do total e em 1980 são 10,30%. Um número algo maior em 10 anos, sem dúvida alguma. Uma proporção que embora possa estar indicando com clareza uma tendência, ainda não descaracterizada a região como eminentemente camponesa. É necessário lembrar que os 10 anos entre 1970 e 1980 responderam pelas duas tendências que, entre outras, têm produzido algumas modificações na composição social da posse e do uso da terra em Caldas: a destinação de frações de sítios e fazendas a chácaras de turismo e, na outra direção, uma relativa concentração da propriedade fundiária subordinada ao interesse pela criação de gado leiteiro, atividade que mesmo em pequena escala exige empregados, se possível permanentes, mesmo que em muita pequena quantidade.

De um total de 4649 produtores ativos em 1970, 3887 são o responsável e seus familiares não diretamente remunerados por seus serviços. Eles são 83,6% das pessoas que trabalham nos sítios e fazendas da região. Esta proporção é de 75,89% em 1975 e 73,63% dez anos depois, em 1980. Serão menos até 1988. Mas, uma vez mais, a proporção de trabalho camponês ainda é francamente dominante. Veremos algumas páginas adiante que quando os atuais ainda produtores de uva sugerem as razões de decadência acentuada da viti e vinicultura na região, uma certa perda visível das condições camponesas de produção, sem uma substituição adequada por uma outra modalidade, será uma das principais causas lembradas.

Quadro 7

Distribuição dos estabelecimentos rurais de acordo com o pessoal ocupado, familiar ou não.

| Grupos de pessoas ocupadas | 1970 | 1975 | 1980 |
|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Total de estabelecimentos | 1390 | 1553 | 1358 |
| Total de pessoas ativas | 4649 | 4294 | 3762 |
| Média por estabelecimento | 3,3 | 2,7 | 2,7 |
| Menos de 5 pessoas ativas | | | |
| Número de estabelecimentos | 1108 | 1302 | 1150 |
| Pessoas ativas | 2907 | 2645 | 2284 |
| Mais de 5 e menos de 10 | | | |
| Número de estabelecimentos | 274 | 229 | 176 |

| | | | |
|----------------------------------|------|------|------|
| Número de pessoas | 1629 | 1378 | 1079 |
| Mais de 10 e menos de 20 | | | |
| Número de estabelecimentos | 4 | 21 | 29 |
| Pessoas ativas | 47 | 251 | 321 |
| Mais de 20 e menos de 50 | | | |
| Número de estabelecimentos | - | 1 | 3 |
| Pessoas ativas | - | 20 | 70 |
| Mais de 50 e menos de 100 | | | |
| Número de estabelecimentos | - | - | - |
| Pessoas ativas | - | - | - |

Fonte: IBGE

Quadro 8

Distribuição dos estabelecimentos rurais de acordo com a declaração do emprego de empreitada.

| Estabelecimentos que declararam empreitada | 1970 | 1975 | 1980 |
|---|-------------|-------------|-------------|
| Proprietários declarantes | 218 | 407 | 196 |
| No preparo do solo | s.i. | s.i. | 50 |
| No plantio | 21 | 127 | 29 |
| na colheita | 20 | 31 | 18 |
| Em outros trabalhos | 206 | 96 | 15 |
| Na limpa de pastos | s.i. | 258 | 151* |

* Dados de 1975 (lástima não haver dados de outros anos). Lavouras foram produzidas pelo proprietário e sua família em 1364 sítios e fazendas, com um total de 56.703 ha. Por arrendatários (em tempo parceiros) em 24 estabelecimentos, com 262 ha. Por outras categorias de ocupantes, em 2050 ha.

Se como regra são proprietários camponeses e suas famílias os que respondem por quase toda a agricultura de um município cujas estradas vicinais possuem mais quilômetros que uma viagem entre o Rio de Janeiro e São Paulo, que famílias são estas?

O censo de 1980 classifica as famílias do município 3026 da seguinte maneira: 2303 nucleares, 446 estendidas e 75 compostas, sendo as segundas as que incorporam mais parentes do que os pais e seus filhos e as últimas as que incorporam ao grupo doméstico mais de uma família nuclear. Que as famílias grandes, com muitos filhos por muito tempo preservados juntos ao grupo doméstico, no interior da propriedade camponesa e submetida ao trabalho agrícola sob o comando do pai, diminuem depressa, parece ser evidente e alguns dados de quadros anteriores o antecipam. Vejamos em um último quadro deste capítulo como isto estatisticamente acontece. Comparo 1970 a 1980.

Quadro 9

Distribuição das famílias residentes em domicílios rurais segundo o número de componentes.

| Numero de pessoas no domicílio | 1970 | 1980 |
|---|-------------|-------------|
| Total de famílias rurais | 2903 | 3150* |
| Mora uma pessoa sozinha | 129 | 220 |
| Moram duas pessoas | 354 | 636 |
| Moram três pessoas | 510 | 642 |
| Moram quatro pessoas | 459 | 532 |
| | | |
| Total de casas com até 4 pessoas | 1452 | 2030 |
| Moram cinco pessoas | 432 | 406 |
| Moram seis a dez pessoas | 890 | 698 |
| Moram de onze a quatorze pessoas | 122 | 16 |
| Moram mais e quinze pessoas | 7 | - |
| | | |
| Total de casas com mais de 5 pessoas | 1451 | 1120 |
| Total de homens residentes | - | 6558 |
| Total de mulheres residentes | - | 6286 |
| Homens chefes de família | - | 2744 |
| Mulheres chefes de família | - | 406 |
| Total de filhos | - | 6617 |
| Total de filhos homens | - | 3537 |
| Total de filhas mulheres | - | 3080 |

Fonte: IBGE

* *O mesmo censo do IBGE indica 2828 residências urbanas em 1970 e 3065 em 1980. De outros dados indicam uma lenta, mas definida migração campo-cidade em Caldas, como pode haver aumentado as famílias rurais em 10 anos?*

Um primeiro aparente paradoxo deveria ser esclarecido aqui. Há um aumento de 247 famílias rurais no município em 10 anos. Continuará sendo esta uma tendência nos seguintes? Mas há uma redução de pessoas no campo. Elas são 12.844 em 1980, mas eram 14.741 em 1970, segundo os meus cálculos (multipliquei o número de famílias pelo número de componentes na residência rural; quando no caso de intervalos de não números exatos, trabalhei com a média: 8 para o intervalo entre 6 a 10, 12 para o intervalo entre 11 e 14 e 16 para o caso de “mais de 15”, médias que poderiam ser até maiores). Ora, entre 1800 e 2000 pessoas parecem haver deixado casas e famílias “na roça” e haverem migrado para a cidade.

Creio que o paradoxo é só aparente mesmo. Uma indicação anterior de minifundiarização da propriedade rural, muito mais acentuada do que uma concentração dela – há mais sítios virando chácaras do que sítios virando fazendas – poderia justificar o

aumento do número de famílias rurais. Devo lembrar que o número de proprietários absenteístas em inúmeros casos corresponde a um índice maior de famílias ocupantes de suas propriedades como administradores, chacareiros ou empregados para serviços específicos, de que o de “retireiro” parece ser agora um dos mais importantes.

Não há um êxodo de famílias, mesmo porque a cidade de Caldas não absorve força de trabalho e há, nela, um crescente movimento de saída para outras cidades, tal como já mencionei aqui. Há uma saída, esta sim visível, acentuada e crescente, de pessoas da família em direção à cidade. Em direção à cidade em um duplo sentido: 1º filhos e filhas que deixam a propriedade e trabalho rural e migram para Caldas em busca de ensino médio e/ou de trabalho; 2º filhos e filhas que migram diretamente para outras cidades, não sendo raro o caso daqueles que participam da renda mensal com frações de seus ganhos como empregados em cidades como Poços de Caldas, Campinas ou São Paulo¹².

As famílias rurais pequenas (o par de pais e mais dois filhos) eram 50,0% em 1970 e sobem a 64,44% em 1980. No outro extremo, as famílias grandes (deixemos fora as médias, com 5 pessoas), com pelo menos o par de pais e quatro filhos eram 35,10% em 1970 e descem para 22,66% em 1980. Ora, segundo informações que obtive em entrevistas e também convivendo com famílias rurais, sobretudo as do bairro da Pedra Branca, há uma dupla explicação: a) as famílias tendem a ser menores mesmo na zona rural, raras agora as grandes famílias com entre 8 e 16 ou mais filhos, sendo que até hoje em dia uma família com 4 filhos é considerada normal e uma com 5 e mais já uma neo-família grande; b) os filhos migram agora muito mais do que no passado, mesmo recente, da história de Caldas. Até mesmo as filhas mulheres, antes retidas em casa até o casamento (o que implicava no mais das vezes uma transferência para uma outra propriedade rural), são as que saem da casa e de Caldas mais cedo, não raro, definitivamente. Os filhos homens se deixam ficar por mais tempo junto aos pais, submetidos ao trabalho rural. Mas mesmo entre eles há uma definida tendência à saída e, sabemos, uma de suas razões está em que o sítio não comporta hoje em dia nem a quantidade de trabalho de vários filhos – situação que se agrava bastante em períodos de “crise”, como o atual – nem a subsistência de um grupo doméstico em parte condenado a uma indesejada inatividade agrícola.

¹² O caso de uma família de que me tornei amigo poderia servir como um bom exemplo. O casal, já bastante idoso, teve 18 filhos que por muito tempo foram criados “na roça”, em propriedade paterna mantida até hoje. Na vinda de alguns filhos mais velhos para a cidade antecedeu de poucos anos a de toda a família. Hoje os pais e os filhos “ainda em Caldas” moram todos na cidade. Constituem exceções flutuantes dois ou três filhos que oscilam entre a moradia urbana e a residência em sítios de que são donos ou empregados. Mais de 12 estão fora de casa e de Caldas e só em São Paulo estão 8 dos filhos jovens e adultos. Alguns outros pensam também sair da região e parece certo que em alguns anos apenas 2 ou 3 ficarão em Caldas, divididos entre o cuidado dos pais e o de propriedade familiar.

É muito rara em Caldas e, mais ainda, entre os grupos domésticos camponeses, a saída demorada ou mesmo curta do chefe de família para o trabalho “fora”, principalmente como trabalhador volante, ainda que o município esteja em área quase fronteira com municípios paulistas intensamente dedicados à lavoura de cana. A regra mineiramente tradicional tem sido ainda a da permanência dos pais e filhos mais moços na região e, se possível, “na roça”, enquanto os filhos e filhas “em idade de trabalho” saem para buscar fora as condições de sua própria subsistência e, se possível, de participação na renda familiar¹³.

¹³ Até agora Caldas não tem por que atrair migrantes e possui, ao contrário, razões para ver saírem os seus jovens em quantidades quase ameaçadoras. Uma região de um território muito grande, mas de difícil agricultura e sem por ora qualquer alternativa de efetivo desenvolvimento acelerado de sua agroindústria. Ao contrário, veremos adiante que as perspectivas imediatas apontam mais para uma pequena modernização de uma policultura camponesa do que para algo semelhante ao que ocorre em outros municípios mineiros e paulistas próximos, onde surtos de agricultura de café, de cana ou de outros produtos de mercado, atraem capitais e força de trabalho. Caldas possuía em 1960 não mais do que 68 estabelecimentos comerciais, eles desceram para 56 em 1970 e aumentaram para apenas 84 em 1984. não terão aumentado muito de lá para agora. O pessoal diretamente ocupado no comércio aumentou apenas de 122 para 207 em 20 anos. Em 1959, havia no município 40 pequenos estabelecimentos industriais, vários deles ligados à produção do vinho, eles são 35 em 1975 e 63 em 1980. empregavam em média 121 pessoas há 20 anos e hoje empregam cerca de 350.

Capítulo dois

UVA DOCE, VINHO AMARGO

Em um censo do IBGE de 1946, o nome Caldas some da lista dos municípios de Minas Gerais. Entre aquele que mais tarde irão compor a região do Planalto de Poços de Caldas (Andradas, Bandeira do Sul, Botelhos, Campestre, Ibityura de Minas, Ipuína, Santa Rita de Caldas e Caldas), será preciso procurar pelo nome **Parreira**. A mudança do nome antigo, origem de tantos outros derivados e toda a região, foi de certo modo injusta e precipitada. Não houve um plebiscito e a escolha não agradou à maioria dos mineiros, nascidos em Caldas – então Parreira – ou não, mas nela residentes. Pouco adiante um movimento popular (provavelmente o mais intenso e participado do município ao longo de sua história) fez com que as autoridades competentes e desviantes devolvessem à cidade o seu nome.

Aos espíritos locais a quem as razões simbólicas devem adequar-se às evidências da realidade e às suas mudanças, a troca de nomes era justificada. As caldas de Caldas ficavam agora, em sua maior parte, no município de Poços de Caldas. Por causa delas, do jogo aberto (enquanto ele foi oficialmente permitido) e de outros encantos da natureza e da cultura, Poços de Caldas emancipou-se de Caldas e a suplantou, como vimos, em tudo o que serve usualmente para a medida do progresso e do desenvolvimento. As águas sulfurosas de Pocinhos do Rio Verde, muito eficazes para os males do estômago, dos intestinos e da pele, apenas atraíam a Caldas algumas levas de velhos e de doentes, costumeiros visitantes por 21 dias de tratamento, sujeitos semi-invisíveis a uma sociedade mineira que os recebia bem, mas quase não se importava com eles e seus males. Quase invisíveis também à própria economia do município, que até hoje obtém pouca renda de seus serviços de turismo, ao contrário de Poços de Caldas.

Mas a uva e o vinho sim. Desde pelo menos os anos 20, quando introduzidos no município por produtores não-italianos, ao contrário de Andradas – mais abaixo, depois da serra e das montanhas de Minas – os dois foram por vários anos a principal fonte de renda do município. Do município apenas, e mais de Andradas, atenção, porque nisto ambos foram com Santa Rita de Caldas em um distante terceiro lugar, uma curiosa e absoluta exceção em todo o estado de Minas Gerais.

Teve tempo aqui em que tudo era parreira, parreiral. É, eu peguei muito esse tempo. O senhor saía aqui da praça, das ruas da cidade e rodeava, tudo era só parreira pra todo lado. Nessa direção ia até encostar em Santa Rita de Caldas, que tinha uva também, mas menos; descendo pra lá ia pela Pedra Branca, o Bom Retiro, a Bocaina, Campinas, Santo Antônio, tudo. Era só parreira. Difícil de se ver uma outra lavoura. Tinha, mas muito pouca. Pro lado de lá ia até Andradas, que também tinha e tem parreiral. Pra aqui ia até perto de Poços. Só tinha menos pros lados de lá, pra São Pedro, que sempre foi mais dado no café. Era só uva, vinho, era só isso. Adegas tinha muitas, tinha fabricante de vinho pra todo lado. Chegou a ter uma cooperativa que depois fracassou e arruinou gente por aqui. Daí decaiu, mas teve vinho e uva que uma pessoa hoje vê e não imagina. (um velho morador da cidade)

Vimos que mesmo no censo de 1955, apresentado na Enciclopédia Brasileira dos Municípios, quando em Caldas já existem cerca de 23.000 cabeças de gado e a venda do leite começa a se afirmar como uma alternativa promissora de substituição da agricultura, o cultivo da uva rivaliza ainda com a batata inglesa (que irá decair depois dos anos 70) e é maior do que a produção de café.

No mesmo ano de 1955, dos 118 estabelecimentos de pequena indústria local 59 são classificados como “de transformação e beneficiamento da produção agrícola”. Quase todas são médias e pequenas adegas espalhadas à volta de Caldas, ao longo da estrada entre ela e Pocinhos e, depois, entre Pocinhos do Rio Verde e a montanha da Pedra Branca. Espalhadas em direção a Santa Rita de Caldas e mesmo no rumo de Santana de Caldas, que foi também produtora respeitável de uva e que hoje retornou aos costumes de lidar com feijão, milho e gado leiteiro. Até hoje o mais importante prédio de Caldas é o da antiga Sociedade Vinícola, construído com o dinheiro de uma cooperativa então constituída pelos produtores de vinho do município. Entre pequenas e médias adegas, entre as registradas que vendiam e vendem vinho com o rótulo no garrafão e as cantinas de sítio que destinavam o produto ao “gasto da família” e à venda avulsa entre parentes, vizinhos e amigos, algumas pessoas falam em 70 locais conhecidos de fabrico do vinho das uvas da região, nos melhores tempos. O número é contestado por outros e nunca encontrei registros mais precisos. Hoje há 9 adegas registradas na Prefeitura Municipal, incluída a da EPAMIG, instalada em Caldas como empresa

governamental da pesquisa, docência e produção de mudas de espécie de parreiras adaptadas à região¹⁴.

Dado que a uva e o vinho nos acompanharão daqui em diante, permita, leitor, que me alongue em trazer alguns dados e informações sobre o seu cultivo em geral e sobre as suas condições passadas e atuais nas regiões produtoras do Sul de Minas e especialmente de Caldas.

Fora usos de exceção, como o fabrico de geléias e passas, a uva é plantada no Brasil para o consumo in natura ou para o fabrico de sucos e vinhos. Por isso mesmo, uma oposição oficial a divide em uvas **viníferas** (viti vinífera), aquelas que produzem os vinhos de 1ª linha e as classificadas como comuns, usadas para o consumo “na mesa” ou para o fabrico de categorias de vinhos inferiores. Com maiores detalhes, o próprio Ministério da Agricultura classifica as variedades vinícolas em: nobre, superior, especial, comum superior e comum. Em padrões estatísticos, segundo levantamento do Ministério da Agricultura feito e publicado em 1982, a safra brasileira 80/81 foi de 82,7% de uvas comuns e 15,6% de uvas propriamente viníferas. Sozinha, a variedade “Isabel” responde por quase 50% da produção total. Trata-se de uma uva comum, originária dos EUA e destinada ao consumo como fruto, ao fabrico de sucos e à produção de vinhos inferiores, “comuns”, na melhor hipótese. Para termos uma primeira comparação, na mesma safra a variedade de uva vinífera mais cultivada, a Trebiano, não totalizou mais do que 3,85% do total da produção¹⁵.

Minas Gerais deixa ao Rio Grande do Sul e a Santa Catarina quase toda a produção das uvas finas e dedica 92,9% de sua produção às variedades americanas, 3,27% às variedades híbridas e não mais do que 0,38% a variedades finas, propriamente viníferas. Estas últimas representaram apenas 7.100 kg., na safra de 1980/81, o que corresponde a quase invisíveis 0,01% da produção nacional¹⁶.

Outros números poderão dar melhor a idéia da distância. Na safra 80/81 havia em Minas Gerais uma área cultivada de 286 ha. de uva americana da variedade Jacques, com uma produção de 1.213.007 kg e um total de 636.175 pés plantados. Juntas, as 4 variedades de uvas híbridas de Minas Gerais correspondem a 15 ha. com uma produção de 61.040 kg. r

¹⁴ Elas são as seguintes: EPAMIG (Empresa de Pesquisa Agropecuária no Estado de Minas Gerais), Vinhos Serrano, Cantina, Vinhos Balbucci, Quinta da Cachoeira, Vinhos Jota Faria. Assisti durante meu tempo de pesquisa de campo ao fechamento da Adega Vinhos Baco.

¹⁵ **Vinhos em Minas Gerais: estudo setorial**, trabalho editado pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais, de Belo Horizonte, em fevereiro de 1985. Os únicos dados tão completos referem-se à safra de 1980/81 e por isso serão eles os utilizados aqui. Tabela 3. pág. 7. em outras vezes tal estudo será abreviado UMG

¹⁶ UMG, pg. 10.

34.890 pés plantados, no mesmo período. Por seu turno as uvas de tipo vinífero ocuparam menos de 1,5 ha. produziram 7.100 kg em 2.600 pés plantados¹⁷.

É preciso colocar em seus termos a produção de uva e de vinho em Minas Gerais. Ela é pequena e, de 1980 para cá em franca decadência. O Sul de Minas, classificado pelo INDI como Região III, é onde estão as melhores condições de solo e clima para o cultivo de parreirais. Durante muitos anos foi a área de quase exclusiva produção de vinho em todo o estado. De um total de 1.059.528 mudas plantadas até 1982. A Região III abarcou 979.516 mudas. Estes números seriam muito próximos de 100%, não fosse a recente exploração em grande escala (relativa ainda) de uva para mesa, iniciada recentemente ao longo do Vale do São Francisco, onde o “corte” vegetativo da parreira, feito com o frio – quanto mais geada melhor – no Sul de Minas, é substituído pela interrupção do fornecimento de água, durante os meses de seca. Ali foram plantados cerca de 63.000 pés de parreiras¹⁸.

Quando em 1978 a área colhida de uva no Rio Grande do Sul foi de 41.300 ha. e a de São Paulo de 9.200, a de Minas era de 1.032 ha. Em 1982 a do Rio Grande do Sul foi de 38.672 ha., a de São Paulo de 10.290 ha. e a de Minas Gerais de apenas 607 ha. Neste Estado, tanto a produção em toneladas quanto a área colhida decaem vertiginosamente entre 1980, o último ano de algum interesse acentuado pela produção de vinho no Sul de Minas é 1981. A área passa de 1009 ha. para 523 e aumenta em 1982 para de novo cair, daí em diante, para 607 ha. A produção que aumenta de 6.824 Ton em 1979 para 7.626 Ton, em 1980, cai subitamente para 2.378 Ton em 1981.

No que se refere à viti e vinicultura, a produtividade não está necessariamente associada nem à produção bruta (pode até ser o contrário) e nem a uma melhora técnica da produtividade. Apenas em Minas Gerais ela caiu e tem caído visivelmente.

¹⁷ UMG, pg.15, tabela 10. Sabemos que a nível nacional os dados não são notáveis, mas indicam uma evidente variação em direção a um aumento das áreas de cultivo e a uma melhora da qualidade do vinho, sobretudo no estado do Rio Grande do Sul e principalmente a partir da inversão recente de capital estrangeiro no ramo. Entre 1974 e 1982 houve um aumento 125.077 Ton., o que representa cerca de 22%. A redução de cerca de 3.152 ha. no mesmo período indica apenas uma melhora acentuada de produtividade nas áreas novas ou modernizadas de produção no Sul do país versus uma redução das áreas destinadas ao cultivo da uva e ao fabrico do vinho, em regiões como a do Sul de Minas Gerais. Separando um fator do outro, o Rio Grande do Sul foi o estado que mais definitivamente inverteu em qualidade do vinho, em detrimento até mesmo da ampliação de áreas de produção de uvas de qualidade inferior. Ainda assim, a sua produção representou na safra 80/81 cerca de 68% do total. Bem que isto representa uma melhora definida na qualidade de seus vinhos, Santa Catarina, Paraná e São Paulo foram os estados que mais aumentaram a produção bruta da uva, respectivamente 40,5, 23,0 e 12,1%. Pernambuco que se iniciou há menos de vinte anos na produção de uva, conquistou já a 5ª posição do país, deslocando Minas Gerais para o 6º lugar, com um decréscimo de 61%, o que representa uma passagem de 6.709 Ton. para 2.609 Ton. em menos de 10 anos. Não há um outro caso conhecido nos anos recentes. UMG. pg.10.

¹⁸ Ver Diagnóstico da Vinicultura Mineira, escrito pelos agrônomos Luthero Rios de Alvarenga e Domingos José Pardal Nogueira, publicado entre as páginas 3 a 10 do Informe Agropecuário da EPAMIG, no 117, ano 10, setembro de 1984.

A uva e o vinho na região de Caldas

A viticultura mineira, uma das mais pujantes do país há algumas décadas, hoje está sendo considerada em declínio e com pouca expressão nacional. Os municípios de Andradas e Caldas, onde está localizada 79% da viticultura de Minas Gerais, têm praticamente toda a produção destinada ao fabrico do vinho. A produção de vinhos com uvas do município, vem a cada ano decrescendo, com reflexos marcantes na vida econômica da população¹⁹.

Caldas tinha em 1982, 82 produtores de videiras, o que representa um pouco mais de 40% do total de Minas Gerais. Três municípios do Sul de Minas: Caldas, Andradas e Extrema, totalizavam então 83% dos viticultores do Estado. Mas de lá para cá as relações produtor/produzibilidade são muito favoráveis a Andradas, quando comparados os dois primeiros municípios. Os 48 viticultores de Andradas produziam em 1982, 1.875.131 kg de uva por ano, ocupando 167,23 ha. de área plantada, com uma produtividade de 11.210,5 kg/ha., de 545.730 pés plantados e uma média de 11.369 pés de parreira por produtor. Caldas, em contrapartida, colhia, no mesmo ano, 387.824 kg, ocupando uma área de 91 ha. de área plantada, com uma produtividade de 4.261,7 kg/ha., de 295.420 plantas e uma média de 3.602 pés por produtor. Um péssimo confronto²⁰.

Quase toda a uva cultivada em Caldas é do tipo Folha de Figo. Ela produz um vinho tinto ácido, considerado pelos especialistas como de má qualidade, ainda que a uva seja de muito bom paladar para consumo “in natura”.

A cronologia da produção de uva e vinho em Caldas obedece, com pequenas variações locais, ao que se passa em todo o estado de Minas Gerais. Cerca de 20 anos após a formação dos parreirais pioneiros, o período áureo foi a década de 1960. Breve período, no entanto, porquanto fora as terras irrigadas ao longo do rio São Francisco, de produção muito mais recente, o início da decadência em Minas é a década de 70, quando a área colhida decresce 22,8%, a produção decresce 42,1% e a produtividade 25%. Não deixa de ser intrigante observar que na década anterior a área colhida decresceu de 6,9%, mas a produtividade, associada à melhoria das condições técnicas e creditícias, aumentou de 10,8%²¹.

Próximos da indigência, os dados relativos a 1983, 84 e 85 indicam uma queda da área colhida de 39,8%, com um decréscimo de produção de 65,8% e de produtividade da ordem de

¹⁹ Rio de Alvarenga, Luthero e Nogueira, Domingos José Pardal, Op. cit.1984, pg.3.

²⁰ Rios de Alvarenga e Nogueira, op. cit. pg.4

²¹ Ver INDI — Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais, Vinhos em Minas Gerais: estudo setorial, 1985, pg.25.

43,1%. Nos melhores anos, o governo mineiro criou duas estações experimentais em Caldas e Andradas. Fabricando vinho de razoável qualidade até hoje, a estação da EPAMIG de Caldas dirige cada vez mais as suas pesquisas para a produção de fruta de clima temperado que não a uva. As mudas ainda produzidas são vendidas quase todas fora do município e, em número crescente, são levadas para São Paulo. Caldas produzia em 1985, 29% das uvas de Minas Gerais e este número cai muito depressa de então para agora²². De acordo com o depoimento de alguns viticultores a produtividade dos parreirais oscila entre 2 e 4 kg. por pé de uva. Joaquim Faria, dono da Adega J. Faria, compara este fraco desempenho, com uma produtividade de até 25 kg por pé, nas melhores regiões do Rio Grande do Sul.

Utilizando dados de pesquisa feita em toda Minas Gerais, mas com indicadores estatisticamente concentrados na região sul mineira de Andradas e Caldas, o relatório do INDI conclui o seguinte:

A viticultura se desenvolve em Minas Gerais de maneira tradicional. As técnicas adotadas são mínimas, utilizando mão-de-obra familiar, em áreas cultivadas que variam de 2 a 10 ha.

...

A comercialização é feita diretamente pelo produtor nas adegas existentes, que consomem toda a produção. Na maioria das propriedades, as máquinas e equipamentos se restringem a pulverizadores costais manuais e sulcadores de tração animal.

A viticultura vem sendo transmitida de pai para filho na região. Entretanto, devido à falta de incentivos, muitos agricultores deixaram esta atividade, passando a se dedicar mais intensivamente à pecuária leiteira. Outro fator de desestímulo a esta cultura foi o êxodo rural, principalmente da mão-de-obra jovem, provocado por melhores oportunidades de vida na cidade. Como consequência, esta atividade vem sendo exercida por agricultores tradicionais, que mantém precariamente os seus parreirais.

O baixo índice de renovação dos parreirais, o cultivo de variedades pouco apropriadas para a fabricação de vinhos e o baixo nível tecnológico das culturas são as principais razões desta decadência²³.

Especialmente na região de Andradas e Caldas há uma suspeita generalizada de que um fim próximo da atividade viti-viniculтора no Sul de Minas está associada: 1º) ao descaso das autoridades federais e estaduais, que desde os anos 70 deixaram de investir significativamente no setor; 2º) à perda vertical de compatibilidade de uva mineira, quando comparada com a dos estados do Sul, inclusive São Paulo, nos últimos 10 anos; 3º) ao

²² INDI, op. cit. pgs.25 e 32.

²³ INDI, op. cit. pgs. 35 e 38.

deterioroso crescente e hoje quase absoluto do apoio creditício à produção de uva e vinho; 4º) ao declínio acentuado do valor real da uva em todo o país e, especialmente, no que toca às variedades de Caldas e Andradas²⁴; 5º) à dificuldade de acesso a uma força de trabalho minimamente capacitada; 6º) às vantagens visíveis de transferência de recursos da vitivinicultura para outras lavouras e, especialmente, para a pecuária de leite e de corte.

O criterioso estudo feito por Rios de Alvarenga e Pardal Nogueira deixa entrever que a cultura da uva e a produção do vinho no estado de Minas Gerais observam níveis de medíocres a críticos, no que se refere à apropriação de uma tecnologia adequada, de acordo com a lógica dos agrônomos. Lembro uma vez mais que, falando de Minas Gerais, na verdade fala-se da região de Caldas e Andradas, de onde provêm 90,9% do total de mudas de videiras plantadas em todo o estado.

Na pesquisa de 1982, quase 86% dos produtores não realiza qualquer atividade convercionista no preparo do solo; nenhum produtor planta em “terraço”, apenas 7 entre 224 o fazem “em nível” e somente um conjuga as duas técnicas²⁵.

Cerca de 55% dos cultivadores plantam por coveamento, a mais rudimentar tecnologia. Pouco mais de 11% conjugam aração-gradagem-colagem e sulcamento. Na região de Caldas e Andradas apenas menos de 25% dos viticultores realizam análise de solo e uma pequena citação dos autores merece ser lembrada aqui:

Na região VI (Norte de Minas, vale do São Francisco), 100% dos produtores e na III (Andradas e Caldas) apenas 24,75% fazem análise do solo. Na primeira região, a maioria dos agricultores é japonesa, cooperados da Cotia e, na segunda, os agricultores são tradicionalistas e menos propícios a mudanças²⁶.

Considerando que a videira é uma planta muito exigente quanto à adubação tanto química quanto orgânica, seria de se esperar que pelo menos este cuidado fosse dispensado a todos os parreirais. No entanto, pouco menos de 56% dos produtores plantam e cultivam sem qualquer adubação, enquanto 6,3% usam apenas adubo químico e 11,2% usam apenas o orgânico. Pouco mais de 26% conjugam os dois tipos de fertilizantes. Finalmente, o trabalho nos parreirais é mecanizado em apenas um caso; é manual em 78% dos parreirais; é manual e

²⁴ De fato, de alguns anos para cá a produção de uva em Andradas e Caldas não atende sequer à demanda local das adegas, que a cada ano dependem mais do vinho importado do Rio Grande do Sul (INDI, op.cit. pg.40). Por outro lado, um levantamento realizado pelo INDI em Minas Gerais confirma uma tendência ao declínio do preço real da uva nos últimos anos. O valor real passou de CR\$ 65,33 em 1973 para CR\$ 26,33 em 1982, o que representa cerca de 60% de desvalorização (INDI, op.cit. pg.41).

²⁵ Rios de Oliveira e Pardal Nogueira, op.cit. pág.6, quadro 6.

²⁶ Rios de Oliveira e Pardal Nogueira, op. cit. p.6.

mecanizado em 11% e manual e animal em 3 casos. Um número pouco significativo de cultivadores conjuga outras estratégias de trabalho agrícola²⁷.

²⁷ Rios de Oliveira e Pardal Nogueira, op. cit. p. 7 e 8.

Capítulo três

O PRODUTOR DE UVA E VINHO EM CALDAS

As adegas atuais de Caldas são sobreviventes de um tempo não muito distanciado, quando o município vivia basicamente do cultivo da uva e da produção de vinhos. Uma atividade em algum tempo lucrativa e incentivada tanto pelo governo quanto pela cooperativa, resiste hoje em dimensões precariamente artesanais. As 5 adegas que ainda produzem vinho têm limitado de ano para ano a produção de vinho, mesmo para simples venda local, à exceção das que justamente compram vinho barato do Rio Grande do Sul e o “mineirizam” em Caldas. Esta enorme redução de atividade vinícola para o mercado não significa que vários sitiantes, cultivadores de uva em muito pequena escola, tenham abandonado o antigo costume de “fabricar” anualmente o vinho de consumo do grupo doméstico.

No entanto os dados de um questionário aplicado pela pequena equipe de auxiliares locais de pesquisa junto a 26 atuais viti e/ou vinicultores, apresentam respostas que, mesmo apontando a direção de uma decadência tida pela maioria como inevitável, não são convergentes em todos os pontos. Vejamos.

• As condições da posse da terra

Apenas duas pessoas podem ser consideradas como neo-proprietários: possuem os seus sítios há menos de 5 anos. Sete proprietários estão na faixa entre mais de 5 e menos de 15 anos. Nove outros são “donos” entre mais de 15 e menos de 30 anos. Finalmente, outros sete são proprietários de 30 a 50 anos, ou mais, sendo que três estão neste último caso.

Ainda que em Caldas e em Andradas a uva e o vinho sejam sempre definidos como atividades agroartesanais de tradição familiar, onde se herda o saber do ofício, ao lado de terras e parreirais, além do maquinário, um número pequeno de nossos produtores consultados possui hoje as suas terras por herança. Eles são 7, por oposição a 18 compradores, e a um produtor que arrendou terras do próprio pai.

Os sítios onde estão situados os parreirais foram menores do que são hoje em 6 casos; são do mesmo tamanho em 9 e já foram maiores em 10. Os dados correspondem à norma regional de um moderado fracionamento de terras desde há muito consideradas insuficientes para produções em larga escala, sobretudo se lembrarmos os problemas do relevo montanhoso em toda a região do Planalto de Poços de Caldas. Três proprietários atuais possuem entre 2 e 10 ha. Doze estão na faixa entre 10 e 20 ha., sendo que a maior concentração, oito, está situada na faixa entre 10 e 15 ha. Cinco produtores possuem entre 20 e 50 ha.; um apenas

possui terras entre 50 e 60 ha. e dois entre 80 e 100, dimensão em que o sítio começa a ser considerado uma pequena fazenda.

• A produção da uva

O suposto de uma atividade “herdada” e preservada apenas nos casos, cada vez mais raros, de famílias de sitiantes onde há uma tradição e efetivamente familiar de dedicação ao cultivo da uva e à produção do vinho, deveria ser posto em questão no caso de Caldas. Em apenas 8 dos 26 sítios, o pai do atual proprietário foi um também viticultor. Em 18 casos não o foi e o dono atual se considera um iniciador familiar da atividade, ainda que possa ter outros parentes mais velhos dedicados à agricultura da uva.

Trata-se de uma maioria de sitiantes agricultores residentes em suas propriedades, com a família, que na maior parte dos casos participa das atividades de produção agrícola. 15 proprietários que responderam aos questionários estão neste caso. 7 outros moram na cidade de Caldas e para 3 não foram obtidas respostas ao item.

Reúno em um quadro as respostas sobre a relação entre a área ocupada por parreiras na propriedade, atualmente e em tempos anteriores.

Quadro 1

| Área em ha. | Agora | Antes |
|------------------|-------|-------|
| Menos de 1 ha. | 6 | 5 |
| 1 ha. | 4 | 2 |
| 1,2 ha. | 4 | 2 |
| + de 1,2 a 2 ha. | 2 | 2 |
| + de 2 a 2,5 ha. | 4 | 3 |
| + de 2,5 a 3 ha. | 2 | 1 |
| + de 3 a 4,8 ha. | 3 | 2 |
| + de 4,8 a 6 ha. | - | 4 |
| + de 6 a 10 ha. | - | 6 |
| + de 10 a 20 ha. | - | 1 |
| Sem resposta | - | 1 |
| Total | 26 | 26 |

Não é difícil constatar que esta amostra, bastante representativa do universo dos viti-viticultores de Caldas é hoje de micro pequenos produtores. Vinte sitiantes plantam ou mantém parreiras em até 3 ha., enquanto treze deles reconhecem haverem em um tempo anterior estendido suas lavouras de uva a parcelas entre 3 e 20 ha. no passado próximo. Dentre eles, dez poderiam ser considerados quase médios viticultores, para as proporções do

Sul de Minas, com lavouras entre mais de 4,8 e menos de 20 ha. Não há mais hoje produtores de uva de tais dimensões, tidas como rotineiras nos anos do apogeu da uva em Caldas.

De algum modo os dados do Quadro 1 correspondem às respostas do item seguinte. Quando perguntados sobre a variação de seus parreirais quando comparada à dimensão atual com a de 5 e 10 anos atrás, as respostas são as seguintes. Não houve variação em 5 sítios, nos últimos 5 anos e em 3, nos últimos 10. Houve um pequeno aumento em 6 sítios nos últimos 5 anos, e em 8, nos últimos 10. mas em nenhum dos casos o proprietário realizou um grande aumento de 10 a 5 anos para cá. Por outro lado, a lavoura de uva diminuiu “um pouco” em 3 sítios nos últimos 5 anos e em 5, nos últimos 10, havendo diminuído “muito” em 6 sítios nos últimos 5 anos e em 8, nos últimos 10 anos.

Comparado com outras lavouras do sítio, ou com o criatório de gado de leite (casos mais raros, entre os entrevistados), a produção de uva representa “uma mínima parte da produção total” em 6 casos e uma “pequena parte” em outros 6. A eles poderiam ser acrescentados os que reservam a uva apenas para o consumo familiar, 4 proprietários, ou para o fabrico do vinho “da família”, 2 sítiantes. Na direção oposta, a uva vale mais ou menos o mesmo que as outras opções de lavouras em dois sítios, é “uma grande parte” da produção total em outros 2; é a “maior parte da produção” em um único sítio, e é “a única produção” em outros 2.

A respeito dos projetos para um futuro próximo, 4 sítiantes declararam a intenção de parar de cultivar uva, 12 outros pretendem preservar as pequenas dimensões atuais, enquanto 9 pretendem aumentar “um pouco” os seus parreirais. Nenhum dos entrevistados anunciou o desejo de aumentar “muito” a lavoura de uva.

Dos 6 sítiantes que denunciaram uma “falta de apoio público e bancário” como a razão principal do estado crítico da viticultura caldense, pelo menos 2 lembraram que “fica mais barato comprar a uva no Rio Grande do Sul”. Esta frase, ouvida por mim em algumas outras situações, quando de minhas visitas a adegas de Caldas, poderia traduzir bastante bem a imagem local do desânimo.

Dentre os 7 produtores que mantiveram estáveis as dimensões de seus parreirais ou que os aumentaram e que fizeram depois declarações de seus motivos, é importante notar que ninguém indicou algum momento de incentivos nos últimos anos, ou uma qualquer razão relativa a um possível incremento do lucro. Ao contrário, três viticultores declararam simplesmente haver “aumentado um pouco” a área dedicada à uva por conta própria e para repor videiras velhas, já pouco produtivas. 4 outros apontaram condições favoráveis da natureza (chuva, frio devido no momento certo, etc.) para um momento, possivelmente

efêmero, de reinteresse pela cultura da uva. Na direção oposta, dentre os que reduziram as áreas de parreirais e não pensam ampliá-las, apenas em um caso a razão é devida a um fator natural: a chuva. Todos os outros acusam motivos sociais e econômicos: o alto custo da produção, não compensado pelos lucros da venda, seja da uva in natura, a turistas ou às adegas de Caldas e de Andradas, seja do vinho, uma vez que em tais casos o preço do produto em absoluto não acompanha o dos custos de produção. Veremos adiante que esta será sempre uma razão lembrada para a resistência costumeira à adoção de uma tecnologia moderna de produção de uva e vinho²⁸.

A “falta de apoio” acompanha a queixa dos altos custos de produção e da pouca lucratividade do produto, formulada por 7 viticultores, enquanto outros 2 associam uma genérica “falta de apoio” às dificuldades para a obtenção de uma força de trabalho adequada aos serviços e estável, sobretudo nos períodos críticos de poda e de colheita. Um único sitiante que vinculou a quebra da sua produção ao envelhecimento de seus parreirais (na verdade uma causa comum para a maior parte dos antigos produtores atuais), lembrou que tanto em seu caso como no de outros produtores locais de pequena escala, a tão necessária renovação dos parreirais não tem sido feita porque ela se torna impraticável sem incentivos técnicos e, sobretudo, financeiros: os custos do novo plantio são muito altos e o retorno do produto não é, evidentemente, tão imediato como no caso de outros produtos agrícolas da região: antigos, como o milho, ou novos e muito lucrativos, como a mandioquinha salsa. Posso adiantar aqui o que pouco a pouco se torna visível. A viticultura e seu complemento, a vinicultura, não são atividades renováveis no Sul de Minas e não são, também, o interesse de produtores jovens. Filhos de antigos vitivinicultores abandonam a “lida do campo” em busca da cidade, ou quando permanecem “na roça”, preferem dedicar-se ao gado leiteiro ou a produtos novos da agricultura, comprovada ou supostamente mais rentáveis, como a

²⁸ Uma queda evidente do valor real do preço da uva parece ser um fenômeno nacional. Muito mais detalhado e rigoroso do que eu mesmo, José Vicente Tavares descreve esta queda tomando o período entre os anos 1963/1975. E conclui: “A deterioração dos mínimos da uva expressa, na esfera da circulação, a subordinação dos camponeses viticultores à indústria do vinho. Partindo dessa evidência, torna—se possível perceber como esta subordinação origina—se na própria esfera da produção” (Tavares dos Santos, 1984, pgs. 106 a 109). O mesmo poderia ser dito para a região de Caldas, mas aqui com a agravante de que o jogo perverso da subordinação amplia geográfica e economicamente, os seus limites. A uva in natura de Caldas, vendida para o consumo “na mesa”, perde a cada ano, e muito depressa, o seu poder de concorrência com o que é produzida em São Paulo, e comercializada em todo o país, desde os municípios São Roque, Vinhedo e Jundiá. Quase toda a produção não comercializada nas adegas locais é vendida em pequenas quantidades e por pouco tempo, em Caldas, não raro na própria “porta do sítio”, a turistas a caminho entre a cidade e Pocinhos do Rio Verde. A uva reservada para a venda às adegas de Andradas e Caldas, tem os seus preços impostos pelos próprios proprietários das adegas. De acordo com os viticultores com quem conversei, preços muito baixos e, não raro, deficitários, são acordados entre donos de adegas e impostos aos pequenos produtores de uva. A possibilidade de comprar “mais barato”, o vinho do Rio Grande do Sul, tornou-se nas mãos dos açougueiros compradores uma arma a mais da determinação dos preços de compra.

mandioquinha salsa e a batata, ou as frutas de clima temperado, entre as quais se destaca o pêssego.

A assistência técnica e, com ela, a re-introdução de tecnologias apropriadas para a produção de pequena escala, não parece ser um fator reconhecido como importante, quando o sitiante parcial ou totalmente dedicado à uva e/ou ao vinho complementa a questão anterior, para apontar o que lhe parece necessário para que ele volte a ter desejo e condições de aumentar a área das parreiras e investir em insumos indispensáveis ao aumento da produtividade (em boa parte dos casos, isto significa apenas um retorno a uma área plantada e a uma produtividade alcançada há alguns anos atrás).

5 sitiantes lembram que a EMATER os tem ajudado, mas “só em palavra”, reconhecem, enquanto 2 produtores reclamam a volta da “cooperativa” (sobre a qual outros sequer querem ouvir falar) e 13 outros insistem em maiores incentivos do Governo, especialmente dirigidos aos pequenos produtores. Apenas um viticultor lembra a necessidade de maior e melhor assistência técnica. Neste item do questionário, tão somente duas pessoas voltaram a lembrar a questão da “mão de obra”, no entanto repetida como tão problemática nos últimos dez anos, em conversas e entrevistas, onde ao mesmo tempo em que o sitiante descrevia a perda sucessiva de familiares subordinados à lavoura, contabilizava o difícil problema da adequação da uva e do vinho a uma lógica de apropriação de força do trabalho visivelmente contrária ao modo como a uva e vinho seguem sendo produzidos na região. Pois a viticultura oscila, e no caso esta é a pior posição, entre um cultivo presentemente muito rentável e ainda francamente familiar, como a mandioquinha salsa (o ideal camponês em termos atuais: uma lavoura agrícola de baixos insumos, de alta produtividade em pequena escala e pouca terra e que pode ser cultivada em todo o ciclo com apenas o trabalho de algumas pessoas de uma família de sitiantes), e a batata, cuja produção e cujos lucros e riscos observam a pressa do ritmo, a lógica do ganho e a impiedade da devastação ecológica da ordem do capital.

A última questão quantificável de nosso questionário apenas confirma e acentua o consenso de que uma antiga produção agroartesanal, natural, social e economicamente adequada às montanhas e às pequenas propriedades de Caldas, estaria vivendo os seus últimos anos. Quando interrogados sobre o que pensam que acontecerá, caso não se modifiquem os termos da atual situação da viti-vinicultura na região, 5 produtores responderam que o mesmo baixo nível de produção e produtividade se repetirá ainda por algum tempo. Três outros pensam que a uva e o vinho vão decair depressa em Caldas e “perder o seu lugar para outras produções”. O que não difere muito da opinião de outros 13 sitiantes, para quem uva e vinho

vão acabar em breve: por falta crescente de incentivo governamental; porque quase todos os viticultores estão pouco a pouco parando de produzir; porque há um desânimo generalizado e porque, enfim, a combinação dos custos crescentes de produção com a falta de mão-de-obra **versus** o também crescente baixo preço da uva e o “descaso das autoridades”, parecem conspirar quase intencionalmente para a irradiação progressiva dos parreirais do Sul de Minas, (quando vários viticultores acreditam que Andradadas poderá sobreviver “à crise da uva e do vinho” por bastante mais tempo do que Caldas)²⁹.

²⁹ Nas dentre estes próprios sitiantes, a maioria pensa ainda em “continuar no negócio”. 10 projetam para os próximos anos seguir produzindo para vender apenas a uva; 4 para fabricar vinho “pro gasto da casa”; 5 para fabricar e vender o vinho.

Capítulo 4

UVA, VACA, BATATA OU MANDIOQUINHA?

Do que temos até aqui, podemos classificar os produtores de uva e vinho em Caldas em pelo menos quatro categorias: a) o vinicultor não-vinicultor que produz uva para consumo caseiro e venda direta em Caldas, a particulares e a adegas; b) o viti-vinicultor de pequena escala, que destina a sua produção de uva ao fabrico de vinho para consumo doméstico e/ou venda direta; c) o viti-vinicultor que além de produzir vinho em sua própria chácara ou sítio (adegas artesanais de pequena escala), destina sempre parte da produção da uva para venda a outros vinicultores de Caldas ou de Andradas; d) o vinicultor não-viticultor, que compra toda a uva necessária à produção de seu vinho. O que segue exclui os produtores da última categoria.

“Cortar a uva”, “cortar as parreiras”, “cortar o parreiral”, são falas bastante comuns hoje entre os sitianteiros de Caldas, viticultores ou não. “Cortar o parreiral” significa o ato ou a intenção de eliminar parte ou todo um parreiral do sítio, reduzindo significativamente ou acabando de vez com a produção de uva. A mesma expressão ou suas equivalentes poderiam traduzir, em outros tempos e para casos muito excepcionais hoje em dia, a erradicação de parreiras velhas e pouco produtivas para a substituição adequada por novas plantas.

Todo ano é aquilo ali... Eu tive um outro freguês. Esse eu conheci bem. Há uns três anos ele cortou o parreiral tudo ali. Esse é o Isidoro, o outro se chama Vicente e tem um lá no São José que também cortou tudo. E é desse jeito e (vai) diminuindo. (JV. vitivinicultor).

Até poucos anos atrás houve, vimos já, um movimento coletivo muito acentuado de irradiação parcial ou completa de parreirais nos sítios tradicionalmente viticultores de Caldas. Nos poucos que conservaram parreiras existe agora uma tendência a manter a quantidade atual: porque já é muito pequena a área de sua ocupação e ela não compensa ser aproveitada para outras lavouras; porque fala-se na região de uma recente e crescente re-valorização do preço da uva in natura; porque o viticultor, um velho sitiante, na maior parte dos casos, tem de fato um afeto pela viticultura e considera esta razão pessoal justa o bastante para prosseguir “lidando com a uva”, apesar das dificuldades e das ameaças de prejuízos sempre presentes no horizonte e na fala de qualquer viticultor de Caldas.

Uma diferença essencial entre a uva – assim como o pêssego, cujo cultivo em todas as serras da região aumenta bastante a cada ano e recebe da EPAMIG e da EMATER um

tratamento próximo ao dado à uva no passado – e outras produções agrícolas, como o feijão e o milho e, especialmente, a batata e a mandioquinha salsa, precisa ser estabelecida de saída. A uva e o pêssego são cultivos perenes, plantas de longo ciclo de vida e baixo risco, que demoram pelo menos dois anos para as primeiras safras e que exigem do cultivador grandes gastos e a aplicação de uma tecnologia sofisticada, sobretudo durante os anos iniciais. Não que estas delicadas frutas de clima temperado deixem de correr riscos anuais. É consenso em Caldas entre viticultores (e negado por alguns técnicos e agrônomos) que a falta de geadas mais fortes, as “chuvas de pedra” e algumas pragas comprometeram a vida e a produtividade dos parreirais nos últimos cinco anos. Mas, uma vez formado o parreiral ou o pessegal é difícil que o produtor venha a ter uma perda completa de sua lavoura, ou mesmo duas safras desastrosas em anos seguidos. Ao contrário, a batata e a mandioquinha salsa são lavouras de ciclo rápido (mais rápida a batata do que a mandioquinha) e alto risco de perda parcial ou total de uma safra. A mandioquinha exige terra muito fértil e, tanto quanto a batata, é sensível a pragas e a irregularidades climáticas freqüentes. Costuma-se dizer no Sul de Minas que a mandioquinha pode fazer rico um produtor e torná-lo pobre no ano seguinte. De resto, a extrema flutuação do mercado de preços, mormente para o caso da batata, contribui para o jogo de risco de sua produção. Alguns viticultores, sempre às voltas com o dilema de prosseguir “na uva e no vinho” ou dedicar uma porção a mais de terra a lavoura de retorno aventureiramente mais rápido e compensador, traduzem as diferenças da seguinte maneira.

JC. (apontando para uma área de terreno que já foi parreiral)

Aquilo ali eu já cortei tudo. Não tem mais jeito, não tem gente pra trabalhar quando precisa e assim a uva perde mesmo. Agora não dá mais pra lidar com a uva, mas ela é uma boa lavoura e um bom negócio. Melhor que esse outros, mais modernos. Veja a mandioquinha. Ali mesmo plantaram 4 alqueires de mandioquinha. Era pra colher 300 caixas, não colheu nem 40 e não deu pra pagar nem a panha (a própria colheita). Houve prejuízo mesmo, porque a batata e a mandioquinha são plantas de muito risco. Elas podem por um homem rico de manhã e fazer ele pobre de noite. Uva não. O senhor forma um parreiral e quando ele tá formado o senhor tem uva por muitos anos. Pode dar mais num ano, menos no outro, não dar no outro, mas o senhor planta um feijão, um milho no meio (consorciado) e dá pra tirar o sustento. E quando a uva dá bem ela sempre dá bom rendimento. Sempre é vantagem (FG. vitivinicultor).

CB. Num caso desses o senhor ainda pensa em aumentar o seu parreiral?

JC. Não, nem penso. Eu vou aplicar em outra coisa que me dá mais interesse. Por exemplo, o gado, né? Mandioquinha, que eu tenho uma lavoura lá. Essa você arou e plantou, não tem adubo nem nada. Agora, você vai entra numa planta de batata aí, você tem curativo (usar herbicidas e

inseticidas) e a mão-de-obra é mais pesada. Então, a lavoura de mandioquinha e duro é só arar a terra, mas eu tenho burro (para pôr o arado). Enterra e planta; ela nasceu tá formada a lavoura, não tem que por adubo nem curativo. Não tem que por nada. É uma das lavouras até melhor que tem, O milho agora que melhorou; o preço dele tá melhor agora.

CB. No caso da uva, de plantar, então não dá nem pra pensar?

JC. Nem pensar. É cara. A mão de obra não existe; é cara e como é que o senhor vai plantar uma lavoura, vai plantar uma lavoura e só daqui 4 ou 5 anos que o senhor vai ter um resultado? E outra é que tem que ter mourão, tem que ter grampo, tem que ter curativo, arame, e ninguém Lá preparado pra isso e o nosso município aqui é fraco. (JC. viticultor).

E vai enfraquecendo e diminuindo o negócio (dá uva) Até parece que é mentira isso que eu falei, mas é uma verdade. A gente compra, pesa, paga... . Todo mundo quer saber de planta que vem com 3 meses: feijão, batata e mandioquinha, que tá dando um bom dinheiro, não? ... É isso aí: o feijão, 4 meses, 3 meses Lá com o cobre no bolso. Batata, né? E a batata é negócio rápido e a parreira dá trabalho. (JF. vitivicultor).

Tornadas muito pequenas praticamente todas as lavouras de uva na região, coloca—se para os ainda viticultores a razão das vantagens de “cortar” os últimos parreirais³⁰. Isto porque, fora alguns poucos sítios, em quase todos a uva representa hoje unta fração sempre menor que a metade e, em vários casos, inferior a uma quarta ou quinta parte do que a pequena “empresa” camponesa consegue produzir. Eis um aspecto em que a agricultura da uva e a pequena agroindústria do vinho são, no Sul de Minas, o exato oposto do que representam nas áreas viti-vinícolas do Rio Grande do Sul.

O que se verifica é uma passagem acelerada de unidades de produção antes dedicadas total ou quase totalmente ao cultivo da uva e, em alguns casos, à elaboração do vinho, a unidades polivalentes, onde a viticultura tende a ocupar uma área e um valor de produção menos, ou mesmo muito pouco significativo. Em um número crescente de sítios a uva tende a tornar-se uma espécie de lavoura residual: a sobra de parreirais maiores; o complemento da economia familiar; o trabalho entregue aos mais velhos, quando toda ou quase toda a família

³⁰ Quando todos os viticultores entrevistados atestam e quando eu mesmo lembro que comparadas com as de um passado quase próximo, são muito pequenas as atuais lavouras de uva, é necessário fazer um esclarecimento é que houve antes alguns parreirais com mais de 10 e com menos de 15 ha. É certo também que a medida padrão foi de 4,8 e de 2,4 ha. Mas nas condições atuais, um parreiral de 1,5 a 2 ha. é uma espécie de medida rentável. Ele não ocupa terras que, entregues a lavoura de ciclo rápido, logram equilibrar os riscos da uva, quando em “ano ruim”. Ele pode ser cuidado quase artesanalmente em uma região que, vimos e veremos, por razões naturais e econômicas não se presta à mecanização. De resto, a área mediana das unidades familiares de produção em São Pedro, no Rio Grande do Sul, é de 12 ha. segundo José Vicente Tavares dos Santos. Muito embora não haja em seu estudo dados preciosos sobre a proporção da propriedade dedicada à lavoura da uva, é possível deduzir que ela é significativamente maior do que no Sul de Minas. Além disto, a produtividade é, no Rio Grande do Sul, bastante maior do que no Sul de Minas. (Tavares dos Santos, 1984, pg.26).

ainda vive e produz no sítio, ou no trabalho de alguns camponeses mais idosos, quando restam eles como moradores permanentes e/ou agricultores exclusivos da família.

Quero trazer aqui o exemplo de uma das famílias camponesas melhor realizadas como unidade doméstica afetiva e produtiva, em toda a região de Caldas. Sebastião Telles, a esposa, uma filha e dois filhos vivem ainda no sítio que sobe as encostas do pico da Pedra Branca e possui um mínimo de terras planas em seus 35 alqueires. Os outros filhos e filhas estão casados e vivem em sítios de outros bairros rurais da região. Todo o trabalho do sítio é realizado pelas pessoas da casa, ocupando-se a filha e a esposa com os cuidados domésticos e os do quintal e o pai e o filho com os do gado e das lavouras. Apenas em momentos de colheita a família paga o serviço de “camaradas”. Eis um caso extremo e bem sucedido, mais do que apenas típico, de ocupação plena da terra e do trabalho. A família cria gado em proporções camponesas: possui cerca de 30 vacas leiteiras e vende diariamente quase todo o leite obtido, não se dedicando à produção de queijos e outros derivados do leite. Em anos passados e nos melhores “tempos do leite”, a sua simples produção diária pagava os gastos com o gado e respondia por boa parte da renda mensal dedicada ao sustento da família – que possui um automóvel e uma casa na cidade – e à reuplicação de capital na unidade produtiva. A venda de produtos da lavoura polivalente representava então um excedente que facultava à família um padrão de vida muito pouco comum entre os pequenos e mesmo médios agricultores da região.

As terras não destinadas a pastagens são reservadas a lavouras de feijão e milho, mas também à uva e, recentemente, ao pêssego e à mandioquinha salsa. A propriedade possui uma pequena adega caseira e fabrica vinho tinto e rosado para consumo doméstico. Marcos, o filho ainda residente, ajuda o pai na lavoura e no trato do gado e faz por conta própria e em terras cedidas para seu uso, novas lavouras de cidra e pêssego. Em sociedade com outros 7 amigos conseguiu empréstimos e apoio da EPAMIG para iniciar uma plantação de 100 pessegueiros. A produção de cidra, plantada em muito menor quantidade será para a venda de frutos a fábricas locais de doces “caseiros”. Marcos iniciou também há um ano atrás uma roça de mandioquinha salsa. Da primeira safra colheu o bastante para ampliar a lavoura do produto e investir em plantios permanentes de fruteiras, mas não na uva, cujos parreirais familiares não são ampliados há anos. Eis o que os outros sitiantes do Bairro da Pedra Branca poderiam considerar como uma próspera unidade familiar camponesa.

Eis o modelo ideal, mas não usual, da propriedade rural familiar produtiva e polivalente. Qual a sua estratégia de produção e investimentos? Coloquemos o gado leiteiro no centro. Ele representa o “bem móvel” de maior valia, de vez que a vaca leiteira “vale o seu

preço” a qualquer momento. A possibilidade de reservar mais da metade das terras aproveitáveis do sítio montanhoso a pastagens rouba da agricultura perene ou temporária uma parte importante da área total do sítio. Mas devolve à família uma renda mensal garantida (mesmo em tempos de “crise do preço do leite”) e não uma renda “de safra”, como os produtos da lavoura. O “trato do gado” exige da metade masculina da família residente no sítio não mais do que as primeiras horas da manhã, fora em tempos de cuidados mais intensos das vacas e dos bezerros. Veremos um pouco adiante que entre os agricultores (“lavouristas”) o cuidado do gado, quase exclusivo em um sítio ou fazenda - quando não há terra destinada a lavouras ou quando elas são “dadas” na meia ou no arrendo, como no caso comum dos “batateiros” – é considerado como uma atividade de pouco trabalho que induz o “dono” à preguiça e a mudar para a cidade, passando de trabalhador familiar direto em sua propriedade a administrador de trabalho remunerado mensalmente de vaqueiros e retireiros. O restante do tempo diário da jornada de trabalho é dedicado ao trato das lavouras permanentes e temporárias. Em períodos especiais, como no caso do fabrico familiar do vinho doméstico, toda a família residente e mesmo alguns filhos-irmãos convocados. Para alguns dias de “ajuda”, envolvem-se com uma mesma tarefa. Numa das vezes em que estive no sítio um irmão tratorista ajudava Marcos a abrir as covas dos pessegueiros. As “roças” maiores, de que dependem a sobrevivência e o investimento familiares, são de responsabilidade do pai, e os outros integrantes da família (Marcos sempre, as mulheres eventualmente) se reconhecem trabalhando sob suas ordens, com ele e para ele. Isto vale também para o caso específico da uva. As roças novas são uma iniciativa de Marcos. Ele trabalha em sua lavoura de mandioquinha salsa ou no plantio dos pessegueiros, recebendo eventualmente a ajuda do pai e de irmãos. A produção é sua responsabilidade e é ele quem administra as estratégias de ganho e o destino do lucro. A família evita a batata, tanto em cultivos próprios quanto em terras dadas “no arrendo” a batateiros. Em parte este procedimento é creditado ao caráter depredatório do cultivo da batata, tal como ele é repetidamente realizado em toda região o que tem levado vários outros sítiantes a evitarem batatas e “batateiros” em suas terras.

Esta unidade de produção agropastoril francamente familiar divide o trabalho, os riscos e os ganhos domésticos da seguinte maneira:

- Com o gado leiteiro, cujo leite é quase todo vendido diariamente;
- Com lavouras temporárias de produtos tradicionais na região, como o milho e o feijão, destinados à venda depois de separada a parte sazonal da família e dos cuidados com o gado, no caso do milho;

- Com lavouras temporárias novas de maior risco, destinadas **in totum** à venda imediata;
- Com a lavoura de fruteiras perenes, cidra e pêsego, por enquanto, mas com planos de diversificação futura, cujo produto deverá ser todo destinado à venda a fábricas de doces;
- Com lavouras e criações familiares, cujos produtos são destinados ao consumo doméstico e só em casos e situações excepcionais levados à venda, como os frangos e porcos: em alguns anos este é também o caso da uva³¹.

ESTRATÉGIAS DA PRODUÇÃO FAMILIAR

b. lavouras tradicionais

temporárias

milho

feijão

mandioca

outras

a. gado leiteiro

para a venda de leite e, em menor proporção, de queijo e derivados

c. lavouras tradicionais permanentes

Uva

p/consumo

doméstico

p/venda in natura

a turistas

a adegas

p/produção de

vinho

p/consumo

familiar

p/venda local e/ou

regional

d. lavouras recentes e

temporárias:

mandioquinha salsa

(sempre produção familiar)

Batata inglesa

(produção familiar ou em terras

arrendadas a “batateiros”)

e. criação de animais

“de quintal”:

f. lavouras recentes e permanentes

pêssego

³¹ A família produz uma quantidade demograficamente familiar do vinho por ano. Coloca um rótulo artesanal nas garrafas com o nome do proprietário. Alguns sítiantes viti-vinicultores que declararam produzir o vinho “só pro gasto da família”, na verdade vendem vinho em pequenas quantidades a outras pessoas da região e eventualmente a turistas, o que representaria um pequeno desvio fiscal, de vez que os vinhateiros e as adegas que de fato comercializam o produto pagam caro as taxas devidas. Não me parece ser este o caso da família Telles, da Pedra Branca. Quando eu mesmo me animei a comprar algumas garrafas da última safra, fui presenteado com duas, ao mesmo tempo em que o proprietário produtor sugeria delicadamente não vender o produto.

| | |
|--|---|
| Aves | outras frutas de clima temperado cidra |
| Porcos | outras frutas destinadas ao fabrico de doces |
| p/consumo familiar ou venda de pequena escala | sempre para a venda |

g. reflorestamento com eucaliptos
(em algumas fazendas)*

h. café (em sítios e fazendas** - maiores
fora da região municipal pesquisada)

** Alguns sitiantes e, principalmente, vários “donos de sítios” residentes na cidade e separados, com seus familiares, do trabalho direto da agricultura (mas não da pecuária leiteira, em muitos casos) e interessados em investir ganhos rurais no sistema financeiro ou em outros negócios urbanos, sugerem que o reflorestamento de eucalipto será daqui em diante uma saída imperfeita, mas adequada ao “momento de crise”. O Eucalipto compete com terras de pastagens de baixa produtividade e parece produzir em um período de 4 a 7 anos um retorno moderadamente compensador. Alguns proprietários de sítios e, especialmente, de fazendas, reservam porções crescentes de suas terras para eucaliptais. Eles são plantados sob responsabilidade do próprio proprietário, ou são dados a reflorestadoras regionais em terras arrendadas. Repito, ninguém em Caldas considera isto uma medida ideal, mas uma mera “saída para a crise”, mormente quando se reconhece que mesmo o gado leiteiro “está começando a não compensar mais”.*

*** Devo lembrar que o Sul de Minas é hoje a região maior produtora de café do país. Municípios próximos e vizinhos a Caldas, como Campestre e Machado, com terras férteis menos montanhosas e menos sujeitas a geadas, ampliam de ano para ano os seus cafezais, cujos ganhos são sabidos em Caldas como muito superiores aos das lavouras tradicionais. Em Caldas, ao contrário, depois de algumas últimas geadas “desastrosas” houve um decréscimo acentuado da produção de grãos de café. Há ainda uma concentração de cafezais no município, na região de São Pedro de Caldas e em direção a Poços de Caldas. Do mesmo modo, as regiões por mim pesquisadas (Pocinhos do Rio Verde, Bocaina, Bom Retiro e Pedra Branca) são as de terras mais elevadas e montanhosas, onde mesmo a produção tradicional de milho-e-feijão nunca foi dominante e onde no passado recente concentram-se quase todos os parreiras do município. A crise atual da uva e do vinho, associada à beleza natural da região tem motivado agriculturas mais jovens à busca de lavouras de frutas de clima temperado. Tem também respondido pelo aumento de sítios desmembrados ou vendidos inteiros e “turistas” e “veranistas” de São Paulo.*

O esquema das linhas acima procura apenas delinear as alternativas de uso da terra dos pequenos e médios sítios da região estudada em Caldas. Excluo dele, como de minhas considerações, os sítios comprados para uso de recreio e as fazendas onde a produção agrícola e/ou pecuária não observou nunca, ou não observa agora, os limites e as normas do trabalho familiar camponês.

A situação definida por todos os sitiantes como ideal cobre hoje duas alternativas opostas, com uma preferência pela segunda. A primeira aproxima a unidade familiar de produção da propriedade quasi-empresarial, dedicada à monocultura exclusiva de um produto destinado ao mercado, tal como a maior parte das propriedades paulistas de produtores familiares de algodão em Araras e Leme, estudados por Maria de Nazareth Baudel

Wanderley³². No caso de Caldas isto foi representado no passado pela própria uva, como vimos, mas nunca cobriu a totalidade ou mesmo a quase totalidade dos sítios da região. Hoje apenas alguns sítios muito pequenos dedicam-se com exclusividade à produção da uva, se não considerarmos mínimas porções de terra entregues a roças agricultura da subsistência familiar.

Sobretudo nos sítios maiores de 20 ha., o desejo e a norma são mais de uma segunda alternativa e foi para exemplificá-la que convoquei o sítio e a família de Sebastião Telles. A agricultura divide-se entre lavouras de ciclo rápido e alto risco (menos no caso do feijão e do milho, mais no da mandioquinha salsa e da batata, repito) e plantações de ciclo longo e menor risco, como a uva e outras fruteiras de altitude. Ela se estabiliza com o criatório, quando possível, de uma quantidade adequada (mas sempre percebida como “pequena”: “um gadinho”) de gado de leite. A família camponesa luta por garantir a produção da sobrevivência e a do excedente com a renda mensal do leite, o que não era difícil de ser realizado em anos passados, e mais a renda sazonal das lavouras de milho e feijão. Os ganhos com outros produtos, como a uva e a mandioquinha salsa são, nestes casos, creditados como uma espécie de “lucro extra”. O seu destino tem sido agora, em proporção crescente, menos o reinvestimento na própria atividade agropastoril e mais a busca de alternativas francamente urbanas: a caderneta de poupança, a casa ou o terreno na cidade; a abertura de algum pequeno negócio em Caldas, que na prática desde os anos 60 até hoje tem transferido famílias tradicionalmente rurais para a cidade e o trabalho urbano. De resto, em um número igualmente crescente de famílias de sítiantes, boa parte dos ganhos com o trabalho agropastoril tem sido “desviado” para o sustento de filhos e filhas estudantes na cidade; em Caldas ou mesmo em cidades maiores, como Poços de Caldas e outras.

Com base em uma economia familiar assentada sobre o tripé: leite-feijão-milho, a família sítiante incorpora novas lavouras de curto ou longo ciclo, como a mandioquinha ou o pêssego. No primeiro caso oscila-se entre lucros e perdas sucessivos, onde os ganhos, vimos, são creditados como o pequeno efêmero capital extra que permite um reinvestimento modernizador dos meios de produção ou a melhoria da qualidade de vida da família. No segundo caso, é necessária uma espera de produção que oscila entre 2 e 5 anos, para que as primeiras safras de frutas destinadas à venda sejam colhidas. Como fora a uva os outros cultivos permanentes são novos na região, não encontrei ainda casos suficientes de demonstração na sua rentabilidade.

³² Ver: Trajetório Social e Projeto de Autonomia - os produtores familiares de algodão da região de Campinas, São Paulo; Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Cadernos IFCH-UNICAMP, pg. 19, junho de 1988.

A produção familiar derivada da venda do leite, da venda de grãos sazonais e da venda de frutas (incluir a uva) caracteriza a economia da propriedade ainda tipicamente camponesa, mas estável ou próspera, o suficiente para, nos casos limites, quase aproximar a família sitiante da figura do **farmer**. Equidistante deste padrão ideal de produção camponesa, estão três outros modelos de alternativos: a) fiz já referência ao primeiro, os sítios menores, sem criatório de gado leiteiro, dedicados à produção exclusiva ou quase exclusiva de uva; b) o sítio tradicional, também sem terras destinadas ao criatório de gado (ou com uma quantidade muito pequena e como a produção de um mínimo de excedentes), onde predomina a lavoura anual de feijão e milho – esta poderia ser considerada a propriedade camponesa mais tradicional e pobre na região; c) o sítio de dimensões próximas à pequena fazenda, ou a fazenda de produção camponesa, destinada com exclusividade ao leite, onde a lavoura é quase sempre residual e considerada como “para o gasto da família”.

Se pudermos pensar em termos mais dinâmicos, considerando mudanças ocorridas nos últimos anos e com os olhos postos no horizonte imediato da região montanhosa de Caldas, podemos constatar a queda da produção local de uva e vinho. Adiante procuro descrever como uma atividade agroindustrial (“artesanal” seria quase mais correto) relativamente empresariada e muito produtiva, de acordo com os padrões de uma agricultura capitalista de pequena e média escalas, tende a tornar-se uma espécie de atividade agrícola residual e, permitam-me a expressão, folclorizada.

Em seu próprio plano, a viti-vinicultura é aos poucos substituída pelas fruteiras finas de altitude, como o pessegueiro e a nectarina. Nada referenda por agora o acerto da troca, mas um número crescente de sitiante adultos e seus filhos, jovens, abandona o cultivo da uva aos velhos e abre lavouras a outras fruteiras. A própria EPAMIG associa-se à EMATER para promover e patrocinar tais mudanças.

Tornam-se a cada dia mais raros e são definidos como casos extremos de atraso e tradicionalismo os pequenos sítios com produção exclusiva de milho e feijão, associada a lavouras pequenas e domésticas de outros produtos “caipiras”, como a mandioca, e o criatório tradicional de porcos e aves. Sítios até a pouco entregues a uma tal vocação parecem seguir três destinos: 1º- depois de tornados pequenos e bastante para sustentarem sequer uma família de sitiante pobres, como resultado de divisões de herança ou venda, são vendidos a sitiante confrontantes, não raro parentes³³, ou compradores forâneos, quando então em maioria são

³³ Neste caso o padrão usual de partilha por herança não foge muito aos modelos descritos por Margarida Moura, em *Os Herdeiros da Terra*, HUCITEC, 1978, São Paulo.

transformados em “sítios de recreio”³⁴; 2º- incorporam, com graus variáveis de êxito, as novas lavouras de ciclo rápido, por conta do próprio camponês proprietário, ou entregues a arrendatários, “batateiros” quase sempre; 3º- reproduzem-se como as unidades familiares pobres de cultura agrícolas tradicionais.

Não em todos, mas em vários sítios da região, a erradicação de lavouras de curto e longo ciclo e a expansão das áreas de pastagens parece representar não propriamente uma saída modernizadora em que o proprietário “lavourista” se vê transformado em um próspero pecuarista, mas, ao contrário, uma estratégia antes necessária, quando da queda do valor da uva e do vinho e, hoje, problemática. Há apenas três ou quatro sítios e muito poucas fazendas em todo o município que poderiam ser considerados com empresas de pecuária leiteira, com investimentos e índices de produtividade adequados. Na maioria, algumas poucas cabeças de gado, não ou precariamente estabulado, e a venda diária do leite representam a possibilidade de reprodução da propriedade, quando o que se ganha quase equivale ao que se reinveste para manter um mesmo número de vacas e as mesmas condições precárias de produção leiteira. “O leite já foi o melhor negócio aqui e hoje quando não dá prejuízo pro produtor já está muito bom”, foi o que ouvi diversos deles falarem. Em outros casos, a quase exclusividade da fazenda ou do sítio com a atividade leiteira traduz tanto uma estratégia social de mudanças do destino da família proprietária quanto uma saída aparentemente fácil frente a condições visivelmente difíceis da produção agrícola na região, qualquer que seja o seu “ramo”. Sitiantes e pequenos fazendeiros que, como os Telles, associam produtivamente o gado à diversificação de lavouras, necessitam viver na propriedade para poderem viver da sua produção. Famílias que perdem todos, ou quase todos, os filhos para o estudo e a “vida na cidade” e a quem aos poucos ou, de uma vez, interessa uma transferência de domicílio e, quando possível, de destino e negócios, mudam para a cidade. Os caminhos possíveis são o arrendo de terras ou a pecuária leiteira. O primeiro não é desejável e conheço poucos sítios cujas terras estão, no momento, inteiramente arrendadas a pecuaristas ou batateiros. O segundo foi o melhor negócio possível e, de acordo com vários sitiantes, ainda é, já que o

³⁴ O crescimento da procura de sítios de recreio por parte de visitantes em maioria vindos de São Paulo, sem que isto até o momento tenha resultado ainda em qualquer loteamento empresariado de sítios ou chácaras, tem provocado uma súbita e hoje acentuada redefinição do sentido e do valor da terra em todo o município de Caldas e mais ainda nas propriedades esparramadas à volta de Pocinhos do Rio Verde. Sítios decadentes e de pequeno valor para a agricultura e a pecuária, multiplicam por várias vezes o valor do alqueire, principalmente quando às margens do Rio Verde, para serem destinados à venda a “turistas”. Em boa medida é esta atual e muito crescente valorização da terra o que tem provocado uma retenção da propriedade no caso de algumas famílias empobrecidas com a atividade agrícola. Na espera de um valor ainda maior por alqueire, alguns proprietários “se apertam” e não vendem de imediato frações de seus sítios, ou os sítios inteiros, que em outros seriam vendidos sem delongas às próprias “pessoas do lugar”. Costuma-se dizer que aqueles que acabam vendendo suas terras são os que ficaram “com a corda no pescoço”, em geral pequenos proprietários endividados.

risco de todos os outros e muito maior, exigindo muito mais trabalho familiar e/ou remunerado, ainda que os ganhos eventuais possam ser bastante mais compensadores. “O gado é seguro”, diz-se em Caldas, “mesmo na crise”. O agricultor pode transferir-se com a família para a cidade e para o negócio urbano. Alguns comerciantes e negociantes de Caldas são também pecuaristas de pequeno e médio porte e vários deles foram antes donos residentes de sítios ou de fazendas, depois desmembradas por venda ou herança dada antecipadamente aos filhos. Pode administrar o “negócio do leite” controlando o trabalho de um ou dois empregados assalariados. Se os ganhos do leite acabaram estabilizando-se hoje em baixos níveis para o produtor, frente aos gastos sempre maiores do “trato do gado”, apenas em situações desastrosas e excepcionais um pequeno pecuarista enfrenta revezes e prejuízos comuns na agricultura de montanha.

Alguns viticultores sugerem, ao mesmo tempo, a inevitabilidade da transferência da lavoura à pecuária leiteira e a perda de uma dignidade de produtor camponês que apenas a agricultura e a dedicação familiar ao trabalho do sítio parecem preservar.

Porque a uva é de ano em ano e está sujeito a geada, chuva de pedra, sujeito a contratempo. Faz 3 anos que a chuva de pedra veio aqui e acabou com tudo, com a uva tudo. Esses anos agora que eu colhi essa uva, graças a Deus, não deu chuva de pedra... Hoje o povo tá partindo pra pecuária ... O custeio é, grande. É grande, fica caro mesmo o custeio da uva. Mas, numa parte eu dor razão pra eles, porque ele hoje bota lá umas 10, 15 vaquinhas de leite, boas. Chegou cedo, já às 9, 10 horas, tirou o leitinho... O senhor vai lá em Caldas, fica em frente do Bar São João, ali na praça. Pá todo mundo lá sentado. Tudo fazendeirão. Já tirou leite: tá lá bebendo cerveja e nós aqui na enxada. (FG; viti-vinicultor).

A uva aqui já foi o forte, forte mesmo. Agora já caiu um bocado. Caiu por causa do seguintes e de outras coisas. Por exemplo: a pecuária tomou conta... Agora parece que já diminuiu bastante, porque parece que custeio da lavoura encareceu; veio a pecuária que é bem mais fácil, porque o empregado, hoje um empregado toma conta de uma fazenda, enquanto o parreiral não. Enquanto o parreiral já é bem mais diferente. (3V, viti-vinicultor).

Os produtores restantes de uva não acreditam na possibilidade de qualquer “prosperidade” com “o negócio da uva e do vinho” sob as condições atuais. Se há em Caldas um número teórico de cerca de 130 viticultores, é preciso descontar deste total uma mais da metade de produtores que conservam em seus sítios um parreiral entre 0,5 e 1,2 ha. suficiente para o uso da família, quando fabricam o vinho, ou para a venda local a turistas. Decresce a cada ano o número dos que preservam parreirais com interesses de venda por atacado às

adegas de Caldas e de Andradas. Veremos adiante as suas razões. Finalmente, menos de 9 vini-viticultores apostam ainda no negócio do vinho e, por isto, preservam os seus parreiras e cuidam deles pessoalmente, como José Vicente e Firmino Generoso. Perene e recuperável de desastres do clima ou de pragas, a uva foi durante algum tempo comparada com vantagens à pecuária leiteira. Afinal, se ela também não propiciava ao produtor os ganhos súbitos e imprevisíveis de batata e da mandioquinha salsa, era, pelo menos, “uma lavoura com que sempre você pode contar”.

O interesse exclusivo pela lavoura da uva parece viver hoje os últimos dias. Com a diferença de que a pecuária pode ser recuperada em muito pouco tempo. Com os pastos “formados” e não substituídos por algum tipo de lavoura, de um ano para o outro um sitiante e, mais ainda, um fazendeiro pode recuperar o seu plantel de vacas leiteiras. Com a uva se dá o contrário. Teria sentido erradicar parreirais hoje improdutivos e adiante veremos técnicos da EPAMIG e da EMATER reclamando isto. Mas quando se “corta a uva” em Caldas isto significa, vimos e veremos, a eliminação parcial ou total de um tipo de cultivo cuja recuperação demanda algum tempo e muitos gastos.

Capítulo 5

UVA E VINHO: TRADIÇÃO E MODERNIDADE

Com muita propriedade Maria de Nazareth Baudel Wanderley sugere que mesmo quando se trata de um tipo de agricultura altamente modernizada e tecnificada como a cultura do algodão em São Paulo, o proprietário—produtor direto, um camponês voltado ao mercado, reclama um tipo de saber do ofício que ele reconhece como seu, diverso do conhecimento erudito do agrônomo e de outros técnicos do ramo.

A generalização do uso das máquinas e da tecnologia, em seu conjunto, coloca à nossa reflexão, um tema de suma importância. Contrariamente ao que se poderia supor, a modernização da cultura não eliminou, pelo contrário, acentuou a necessidade de um saber próprio do camponês, fruto de seu contacto e observação diuturnos de sua terra e de sua cultura. É surpreendente ver a frequência com que nossos entrevistados respondem às questões postas com um “depende”: depende do ano, depende da chuva, depende da praga, depende do terreno, etc. Mesmo empregando a tecnologia mais sofisticada, só o olhar atento e o conhecimento particularizado que o agricultor tem de seu ofício é capaz de precisar a solução necessária e oportuna a cada caso³⁵.

Ora, se assim é com uma agricultura tão moderna e sujeita não apenas às regras de comercialização, mas também aos ritmos e processos acelerados de interesse e de conhecimento do capital, como não seria com um tipo de agricultura onde o próprio valor da **tradição** parece ser tão essencial?

Procuremos opor também nisto as duas culturas agrícolas em tudo opostas no Sul de Minas Gerais: a uva e a batata. Em todo o Planalto de Poços de Caldas elas coexistem, porque ambas reclamam o clima frio das chamadas “terras altas”. Às vezes isto se dá em um mesmo município e, não raro, em uma mesma propriedade agrícola. Caldas poderia ser um bom exemplo. Às vezes isto divide a “fama” de municípios vizinhos. Enquanto Caldas continua sendo até hoje a “capital mineira do vinho”, Ipuina, limítrofe, é chamada de “a capital da batata”. Ora, a batata não tem um passado longo na região. É uma lavoura de introdução relativamente recente e, em algumas áreas, vertiginosamente explosiva. Chegou em algumas regiões pelas mãos de sítiantes ou arrendatários japoneses e foi fortemente incentivada pela EMATER e outros órgãos de agronomia em Minas. O “batateiro” é um produtor errante. Se ele é proprietário de terras, planta a batata enquanto isto lhe parece vantajoso e sabemos que

³⁵ Ver: Trajetório Social e Projeto de Autonomia - os produtores familiares de algodão da região de Campinas, São Paulo; Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Cadernos IFCH-UNICAMP, pg. 19, junho de 1988.

oscila entre grandes lucros e duras perdas. O cultivo é tão tecnificado quanto possível. Tal como o algodão descrito por Maria de Nazareth Baudel Wanderley, a batata exige terra limpa, muito adubada e arada a trator. Exige limpas rigorosas e, mais do que tudo, uma quantidade exagerada de herbicidas. A colheita é rápida e os lucros ou perdas imediatos. Um número crescente de batateiros prefere ser não-proprietário. Esta pequena súbita “nova classe” rural opta por arrendar alqueires de terra de um ou de alguns proprietários. Alguns sugerem que possuir vários pequenos batatais aqui e ali, ao invés de um só em uma mesma terra, reduz os riscos da produção. Uma lógica estritamente capitalista rege o batateiro: ele investe dinheiro no acesso a uma tecnologia de ponta; lança mão de todo o crédito possível; emprega apenas força de trabalho assalariada, via de regra volante. Sabe que não adianta economizar insumos no processo da produção, porque os ganhos da batata respondem em proporção direta aos gastos com o adubo, trato e herbicida dispensados à lavoura. Alguns ecólogos e ambientalistas de Minas Gerais consideram o batateiro um dos mais poderosos destruidores do meio ambiente. Costuma-se dizer em Caldas que a terra usada para a batata por anos seguidos “não serve mais nem pro gasto”.

Mais do que familiar, o parreiral é uma agricultura doméstica e não conheci um único caso de viticultor que plante apenas em terras “de arrendo”. Raros em Caldas os parreirais que vão até além do olhar do dono, da porta de sua casa. Lavoura perene, a uva exige também um exaustivo cuidado durante praticamente todo o ano³⁶. A diferença se dá em que há ritmos, gastos e intensidades muito diferentes. Em seu curto ciclo a batata urge ser atendida com pressa e precisão. No seu longo ciclo anual – inclusive os demorados meses frios, de dormência – e ao longo de sua vida de vários anos, a uva exige ser cuidada. Raras agriculturas perenes serão tão rotineiras no trato.

A batata é, em cada safra, tratada por uma equipe volante de lavradores contratados. Um batateiro experimentado poderá deixar por sua conta o diagnóstico dos problemas e a opção de alternativas de solução: adubação, irrigação e uso de herbicidas e inseticidas. Apenas em situações de emergência chamará técnicos agrícolas ou agrônomos e esta prática é mais comum entre os sitiantes do que entre os arrendatários. Ao contrário, em todos os casos

³⁶ 35. Embora o assunto tenha me interessado pessoalmente e tenha sido objeto de minha pesquisa, não descrevo aqui o ciclo anual da parreira e a rotina técnico-tradicional de seus cuidados, assim como não me parece necessário fazer a descrição do processo de fabricação do vinho. Como não há diferenças significativas entre o que se faz no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais (à exceção das não-áreas do São Francisco, onde o “corte” é feito com a interrupção da água irrigada nos parreiras, e não com o frio natural), remeto o leitor a: O Vinhateiro, de Heinrich A.W. Bunoe (URGS/INL DAC/SEC RS, Porto Alegre, 1978) especialmente as páginas de 66 a 82; Colonos do Vinho, José Vicente Tavares dos Santos (HUCITEC, 1984, São Paulo), especialmente as páginas de 60 a 67. Para o caso da viticultura mineira é bastante útil a consulta ao Informe Agropecuário V.10, n. 117, de setembro de 1984.

que conheci, seja com viticultores que entrevistei em suas casas ou adegas, seja observando-os no trabalho do parreiral, é sempre o próprio proprietário, invariavelmente um trabalhador direto, quem se ocupa das tarefas quase artesanais de cuidado das parreiras. Quando ele tem familiares ou trabalhadores remunerados trabalhando também, isto é feito sempre sob os seus olhos, de tal modo que toda a atividade da viticultura é bastante pessoal.

Uma outra diferença muito importante é que tal como o feijão, o milho e outras culturas tradicionais, a uva se representa para os sitiantes de Caldas como uma lavoura anterior à chegada do agrônomo e da EMATER, ao contrário de batata, do pêssego e da mandioquinha salsa. Por isso mesmo, o segredo de seu ciclo entende-se como uma coisa sabida entre os viticultores. Um tipo de saber que mesmo podendo ser melhorado através de informações técnicas modernas é, no seu todo, constituído por conhecimentos, valores éticos e normas de práticas agrícola regidas pela tradição. Um saber consolidado, que quanto mais associado aos “antigos”, tanto mais sólido e melhor. A batata e o morango se aprende com o agrônomo, mas a uva, com o pai e o avô.

Por isso mesmo, quando o viticultor fala, ele mistura a confissão sem problemas de práticas muito tradicionais – supersticiosas, segundo o juízo dos técnicos – com a convicção de que domina tudo o que precisa conhecer para produzir bem. E se não o faz agora, as razões são alheias e contrárias ao seu saber e ao seu trabalho.

Todo ano eu mando benzer e os passarinhos não dá uma bicada e não tem curativo (e não coloca veneno). E os outros cura (colocam veneno) para os passarinhos não bicar... É um costume. Como é que dizem? É uma fé. O mais é a fé mesmo que a gente manda benzer e depois eu ponho, né? Uma palha benta por causa da chuva de vento e de pedra. Porque se dá uma chuva de pedra numa lavoura ela acaba. Por exemplo, a pode é no mês de agosto e já tem empate de poda, de reforma de parreira. Já é dinheiros empitado. É a capina da seca que eu mandei capinar. Agora, chega no fim de setembro vem a poda. Acabou de formigar a parreira, começou a brotar, você tem que andar nela todo o santo dia, porque se o oieiro não aponta hoje, ele aponta amanhã e se você não vai amanhã e tirou o cálice de uma, pronto, acabou. Porque não é dizer que a lavoura de parreira você podou e pronto. É aí que vem o serviço: tem a roçada, a desoia, curativo, formiga. O senhor tem que correr a parreira todo santo dia, que se numa noite a formiga estoura na parreira e ela cortou, ela vai é no caixinho da uva, naquele pé só no ano que vem. Acabou, ela não sai mais. É uma lavoura difícil... Porque tem muito que põe veneno pra matar passarinho. Agora, eu ponho canjiquinha, trato e mando benzer. Quer dizer, é melhor eu fazer isso do que matar o passarinho. A gente põe uns caixotinhos na cabeceira da parreira e eles envolve na canjiquinha e nem mexe a uva prejudica o povo (faz mal à saúde do consumidor). Agora, eu já não ponho. Eu dou curativo antes dela amolecer. Ela

começou amolecer, eu já não curo mais, porque prejudica. Porque dois curativos (duas aplicações de inseticida) basta para a parreira. (Velho viticultor).

Esta curiosa demonstração de competência no ofício, de zelo ecológico e de crença na magia aplicada à agricultura é comum entre os viticultores mais velhos. Eles consideram que incorporam à sua prática usual todo o conhecimento técnico necessário e possível. Reconhecem que, com o acesso a outros recursos (cita-se com frequência o que porventura se faz no Rio Grande do Sul), poderiam lançar mão de tipos de tecnologia desconhecidos ou não utilizados na região. E um dos maiores pontos de desentendimentos com os técnicos da EPAMIG e da EMATER reside neste: o agrônomo não atende que não se trata de uma questão de aplicar conhecimentos, mas, sim, de adequar a tecnologia usualmente possível às condições materiais da produção, tal como ela se dá hoje. Maior tecnologia, novos conhecimentos e uma diferente atitude de produção implicam gastos com implementos, um cálculo bastante mais arriscado dos riscos e um mercado local e regional compensador para a venda da uva e/ou do vinho. Isto equivale a dizer que o viticultor de Caldas não nega que existam conhecimentos, atitudes e recursos tecnológicos mais avançados do que os que possui e usa.

Não, não tem nada. Eles vão lá e faz aquela propaganda pra plantar. E trás engenheiro de fora e agrônomo, não sei de onde. E dá aquelas explicações e fica só ali naquilo, o que o sujeito foi lá fazer. Porque nós não temos incentivos de nada e o banco não oferece qualquer coisa: um arado, uma coisa. Quem é que vai entrar pra fazer uma lavoura, vai entrar no banco para pagar esse juro aí? Quem é que vai mexer com isso? (JC. viticultor)

Eis aqui uma persistente diferença na fala diversa e às vezes mineiramente antagônica do agrônomo e do sitiante viticultor. Para o primeiro, em que pesem as evidências das crises atuais sobre a agricultura e a pecuária, a decadência apressada da vitivinicultura do Sul de Minas deve-se em município ao próprio produtor. Mesmo com os juros em alta e os ganhos em baixa, ele não produz mais uma uva melhor qualidade porque não quer ter acesso a todo o conhecimento tecnológico necessário e também porque se recusa a incorporar aos cuidados da uva até mesmo os preceitos que conhece, principalmente no que toca a adubação e o controle de pragas. Enfim, ele é um agricultor tradicional às voltas com um mercado modernizado. Para o segundo, o saber necessário faz parte da cultura do trabalho do sitiante tradicional e quando ele se defronta com uma queda visível da produção e da produtividade, é porque não recebe as ajudas devidas: da família, dos agrônomos, do “governo”, dos bancos e, finalmente, dos donos locais de adegas. Vejamos um lado e a outro.

• **eles não querem é mudar!**

Eles não são assim porque aprenderam com os antigos; eles são atrasados mesmo.

Esta fala rude foi o desabafo com que um técnico agrícola completou a sua avaliação sobre a prática de produção dos viticultores de Caldas, que ele mesmo insistiu antes em dizer que respeita muito, por causa da persistência corajosa dos que restaram³⁷. Quase repetindo o que os produtores mais velhos dizem do que já abandonaram a uva em favor do gado ou de lavouras de ciclo rápido, ele atribui o “corte das parreiras” à ignorância de seu valor, quando adequadamente tratadas, assim como a um preguiçoso desencantamento do mundo que ética e socialmente reduz a antiga família camponesa atrelada à agricultura, a pessoas que abandonam o campo e preferem ganhar dinheiro com o gado leiteiro.

Eles acabam com as lavouras, abrem pastos nas suas terras, criam gado, botam lá dois empregados, tiram só o leite, ganha o seu dinheirinho e vão pra cidade beber cerveja. Já ouvimos isto antes. Agrônomo-ecólogo, ele acusa os sitiantes de “verdadeiros assassinos da uva”, porque “matam a uva de fome”!

O senhor veja o exemplo dos cafeicultores aqui mesmo do Sul de Minas. Eles fazem adubação regular, de raiz e foliar. Cuidam do cafezal como deve ser e recebem lucros enormes. Mas o pessoal que lida com a uva suga a terra. Eles tiram tudo o que podem da terra e não repõem como deveria ser. Afinal a planta se alimenta dos nutrientes da terra, e já que a uva é perene, é preciso simplesmente repor a fertilidade do solo com adubo natural e químico. Isto é gastar muito, mas pra ter um lucro certo. Veja só, dois quilos de adubo custam 80,00. Um pé de uva bem adubada dá 10 quilos de uva, que rende uns 500 cruzados. Mas eles preferem jogar dinheiro do adubo na poupança. As uvas de Caldas estão morrendo de fome!

Como os agrônomos e outros técnicos da EPAMIG e da EMATER, ele reconhece que todos os velhos viticultores são donos de um conhecimento adequado à produção da uva, tal como ela tem sido produzida nos últimos vinte anos. Acontece que esta tecnologia camponesa baseada em valores de tradição sustentou uma produtividade razoável e uma economia familiar próspera no passado, não sendo adequada às condições naturais, econômicas e sociais

³⁷ 36. Este técnico agrícola foi chamado para “tecnificar” a fazenda que o ex-jogador da Seleção Nacional, Mirandinha, possui em Santa Rita de Caldas. Ali estão sendo plantados 2.000 pés de pêssegos, com o rigor de toda a tecnologia moderna. E o técnico toma este exemplo para opor atitudes e índices atuais e futuros de produtividade.

do presente. As mesmas que, nesta ordem, os próprios viticultores apontarão como responsáveis pelo “corte dos parreirais”, como veremos adiante.

Os tempos mudaram. A terra está cansada, muitas parreiras antigas estão comidas de virose e de ano para ano produzem cada vez menos. Há novos produtos e novas técnicas à disposição de qualquer agricultor, e eles não querem saber disto. A agricultura é uma coisa dinâmica, o senhor veja. Ela está sempre mudando, evoluindo, e eles não querem ver isto. Por isso muitos aí continuam com uma agricultura rústica e ultrapassada e com uma atitude mesquinha, depedrando a terra.

O argumento principal dos técnicos é o que a atividade agrícola, especialmente no caso das lavouras perenes, empobrece as condições naturais da produção. O objeto da tecnologia avançada é repor simplesmente tais condições e bloquear a ação de agentes prejudiciais, como as ervas daninhas e os insetos. É uma ação, portanto, de reconquista de um equilíbrio inevitavelmente desfeito no próprio processo de produção. As condições econômicas adversas, como a alta dos juros, o preço dos insumos e a oscilação do mercado consumidor apenas pioram quando o agricultor se recusa a repor o equilíbrio natural naturalmente desfeito. Mesmo quando eles reconhecem que é difícil agora ampliar áreas da lavoura de uva e que até seria preferível reservar a terra para culturas mais adequadas aos jogos presentes do mercado, como as frutas temperadas de mesa, os agrônomos insistem em que uma tecnologia disponível e economicamente muito rentável poderia evitar uma tão desastrosa quebra da produtividade. Este é uma espécie de ato de vontade a que a maioria dos viticultores de Caldas se recusa, mais por ignorância de atitude do que por conhecimento do ofício. Não é raro que se dê, em contrapartida, o exemplo de alguns prósperos vitivinicultores de Andradas e, mais ainda, do Rio Grande do Sul. Em síntese: “enquanto eles não transformarem o que têm em uma empresa não adianta nada”. É uma questão de mentalidade (agrônomo da EMATER)³⁸.

Poderia ser útil aqui uma fala longa de um agrônomo da EPAMIG, que em uma recente “reunião de revisão do programa nacional de pesquisa de viti-vinicultura” apresentou um “perfil da vitivinicultura no estado de Minas Gerais e prioridades de pesquisa”.

³⁸Todos os entrevistados a quem perguntei sobre origens da uva em Caldas, costumam traçar uma diferença quanto ao assunto. Em Caldas ela tem uma “origem portuguesa”, que pode ser rastreada a partir de um quase mítico “Padre Assunção” e a família de um português: João Mendes... “tem mais de 100 anos”. Em Andradas a parreira e o vinho chegaram com famílias de colonos italianos, alguns anos mais tarde. Esta diferença de origens que sugere outras, de culturas e atitudes, serve para justificar em parte a diferença de ritmos a intensidade da própria decadência da uva nos dois municípios.

Sem levantar o lado social da coisa do lado técnico, eu acho que houve uma grande redução, porque o agricultor daqui não tratou de renovar os parreirais. Não houve uma mudança do material vegetativo... Essas plantas daqui a meu ver tão totalmente entupidas de viroses; então essas plantas tão com uma produtividade muito baixa. Essa produtividade muito baixa fez com que outras culturas fossem mais competitivas... O preço da uva, o tipo da uva que é cultivado aqui, essa uva tipo “sabrasca”(?) essa uva americana que a gente fala “comum”. A remuneração dela é mais alta que o preço mínimo lá no Rio Grande do Sul. Então aqui paga-se melhor pela uva do que lá. Então o próprio sujeito não ganha dinheiro porque ele produz pouco. Enquanto o sujeito lá no Rio Grande do Sul tá colhendo 30 toneladas por hectare, o sujeito aqui tá colhendo 7 a 9. E assim não ganha dinheiro... Esse material é antigo, não há reprodução de adubação, embora os parreirais estejam situados em regiões férteis. Não há reprodução de adubação, as atividades, o manejo da cultura em si. É, não houve um acompanhamento de tecnologia. A cada dia está sendo lançada técnica nova. O pessoal tá acompanhado? Tá mudado? Então o pessoal parou no tempo. Tanto o senhor X fala: “não, o certo é podar quando acontece tal coisa da Lua, podar com isso, com aquilo”. É um lado mais mestiço, mais bucólico do que técnico, certo?... A uva é bem paga. O que está faltando e matando ele é a produção por área: a produtividade que é baixa. Isso é que está matando. Agora, é isso que eu estou falando: existe um vazio entre o técnico da informação tecnológica e o que o agricultor quer fazer... Agora eu noto muito a própria estrutura do produtor. Será que ele está querendo ir atrás de informação de pesquisa: “eu quero aumentar a minha produtividade; eu quero ganhar mais com isto”, ou será que ele já está meio desacreditado com a uva?: “ah, isso aqui já deu antigamente e agora não dá mais não”...

Todos os técnicos agrícolas e agrônomos com quem conversei reconhecem que as condições econômicas atuais da produção da uva e do vinho pioraram nos últimos anos. Mas, à diferença dos próprios vitivinicultores, eles contrabalançam as perdas devidas, segundo os fatores já listados aqui, com o fato de que nos últimos anos: 1º- há uma visível recuperação do mercado da uva **in natura**, o que torna plenamente compensatória a sua comercialização, mesmo quando apenas regional (alguns insistem em uma coragem de vender para mais longe, para os mercados de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, competindo com a “uva” de “mesa” paulista, que nos últimos anos conquistou praticamente todo o mercado das grandes cidades e capitais próximas); 2º- houve uma adequação de tecnologia disponível e barata que em pouco tempo poderia repor parreirais velhos e as condições naturais do cultivo da uva, respondendo aos gastos com uma produtividade que, na ponta do lápis, seria comercialmente muito

favorável ao produtor, sem grandes riscos e oscilações de mercado, como acontece com a própria batata; 3º- não houve nenhuma piora significativa das condições naturais da produção (pragas e geadas, basicamente), de tal sorte que com uma estabilidade da natureza e melhores recursos de tecnologia, as possibilidades de melhoria da produtividade são visíveis (mas só o viticultor não as vê); 4º- dada a estrutura tradicional da produção agropastoril em Caldas, poucos são os viticultores exclusivos e, portanto, mesmo que houvesse uma demora na espera da safra de novos parreirais que substituíssem os velhos, o sitiante teria com que sustentar a família e mesmo com o que capitalizar, sobretudo se ele “tem algum gadinho” e pode contar com safras sazonais de milho, feijão e mandioquinha salsa; 5º- à diferença do que acontece em outras regiões e com outras culturas agrícolas, a uva em Caldas não pressupõe o uso de implementos agrícolas de alto custo, como os tratores (muito pouco usados na região, vimos); ela é uma agricultura familiar, quase artesanal, que em sua escala apenas precisaria ser modernizada e empresariada. Enfim, entre crises e incertezas de qualquer maneira as condições naturais, econômicas e tecnológicas da melhoria da produtividade e das alternativas de rentabilidade compensadora estão dadas, se não em plenitude (como nos anos 70?) pelo menos na proporção adequada às necessidades dos produtores de Caldas. Se existem problemas crescentes de falta de força de trabalho, de apoio creditício e de uma relativa oscilação do mercado de preços da uva (sobretudo no que toca a venda às adegas), estes problemas são cobertos pela oferta de tecnologia e pelas ainda vantagens do mercado. Se não há mudança em direção à “técnica” e à “empresa” é porque não existe uma disposição coletiva neste sentido: “quem desistiu preferiu abrir pastos, viver do leite ou por na poupança; quem continua não quer melhorar”.

- ***chuva de pedra, juro alto, falta de ajuda e preço baixo***

Ora, aquilo que os agrônomos lêem como conhecimento, disposição e mudança de atitudes em favor da adoção de tecnologias adequadas de produção e hábitos empresariais de comercialização, o produtor local lê como: **ajuda**.

Justamente por ser **tradicional**, o velho viticultor, ao contrário dos jovens e ambiciosos batateiros, possui o que é mais importante: a dedicação ao trabalho e o amor à uva. Este pode parecer um dado afetivo e ético sem importância, mas é preciso levá-lo em conta, porque ele é o próprio núcleo da lógica com que o sitiante dedicado à uva traça sua identidade como um raro agricultor especial e desenha a seu favor a diferença entre ele e os inovadores, “batateiros” ou não.

Aqui é uma plantinha, Sheibel 2, certo? É o nome da uva, mas é uma parreira mais sensível. Agora, sendo um podador bom, capricho; cuido da adega e mando podar. Mas acho que os nossos podadores tão perdendo o gosto. Sei lá. Então eu tô aqui corrigindo esses afazeres, daqui pra lá, mas tá bom, certo? ... Eu tô corrigindo aqui. É um pedacinho só aqui. Eu tô corrigindo porque eu não gosto. É como eu acabei de falar ontem. Eu nasci desse negócio aqui e eu não gosto de ver uma parreira assim não. Eu gosto de ver uma parreira assim, á. Esse pedaço eu vou trabalhar nele eu mesmo. Vou limpar, vou desolhar, vou podar, arrumar, curar bem curado... Não é não, podador é uma ciência mesmo. Podar bem é uma ciência. Pra podar mais ou menos, conforme tão fazendo (não interessa)... Uma vez eu fui num lugar, talvez já passou uns anos, uns 20 anos. Eu tava lá na Quinta de Caldas. O povo da Quinta é português. Fui podar parreira pra ele lá. Via a lavoura lá, por sinal uma lavoura muito bonita, dessa parreira aqui, á. Lavoura na beira do rio, aquele terreno, aquela beleza. Foi 'ele, o dono, eu o empregado e mais um amigo dele. E então fomos podar e pá, pé, pá. E com aquele negócio, aquele capricho, com aquilo que vem de longe, vem de criança. Aquele capricho, tudo certinho... É, eu ia na técnica, no negócio, né? Toda a vida eu gostei disso. (JV, vitiviniculor).

Tendo estabilizado um saber adequado e a afetiva disposição para lidar pessoalmente com um tipo de lavoura de cuidados artesanais, o viticultor remanescente em Caldas espera dos agentes oficiais da técnica um tipo de saber traduzido como “ajuda” e que apenas complementa: 1º- próprio saber usual do vitiviniculor, atualizando-o; 2º- o corpo de auxílios sempre reclamados, como o crédito, um acesso mais “justo” aos meios e insumos técnicos de produção e, finalmente, um mercado compensador.

Já me perguntaram, porque tem vindo já pessoas, repórteres, jornalistas de Belo Horizonte mandados pelo governo. Vem e começa a perguntar pra gente o que precisa... Eles perguntavam assim: o que precisa? Sempre perguntava assim. Eu respondia: “Precisa, a primeira coisa que precisa”, eu respondia; “precisa de dinheiro”. Nunca tivemos ajuda do governo. Nós nunca tivemos auxílio do governo... nem estadual, nem federal, nem coisa nenhuma (JV, vitiviniculor)

Se tivesse uma ajuda, aqui o clima é de lavoura de uva, mas ninguém se interessa mais nisso porque fica caro. Hoje se você não tiver um capital, não interessa mexer que é caro, é caríssimo, pra formar uma lavoura hoje, se não tiver capital não forma. Você vai num banco pra tirar um dinheiro aí e no fim da lavoura formada eles te toma as terras. Pois quem é que agüenta pagar esses juros aí? Pois não tem ajuda do governo nem nada. Como é que você pode? Daí do que adianta eles vir e fazer aquela propaganda pra plantar e dar aquelas explicações, se a gente não tem ajuda nenhuma e anda cada vez pior? (JC, viticultor).

Se de ponto de vista do agente de modernização, “do que adianta a ajuda”, se tudo é uma questão de “mentalidade” de um agricultor aferradamente tradicional; do ponto de vista deste agricultor, “do que adianta o conhecimento” que supostamente conduziria à apropriação de uma tecnologia moderna, sem a ajuda, que significa a síntese do que o viticultor considera necessário para que a própria modernização de sua agricultura tenha sentido e seja possível?

Ser um proprietário de terra, comprador ou herdeiro e descendente de uma pequena estirpe local de outros proprietários; haver sido nos melhores tempos e manter-se até hoje como um produtor de uva e vinho em pequena escala, “apesar de tudo”; dominar um tipo de conhecimento ao mesmo tempo especializado e tradicional, que se associa a uma atitude afetiva de “amor à uva e ao trabalho” e que torna efetiva uma disposição ética de reproduzir-se social e simbolicamente como um produtor camponês apegado a terra e, por conseqüência, ao trabalho agrícola direto – de que uma face pervertida é a do puro pecuarista leiteiro absenteísta e a outra é o arrendatário empresário batateiro – eis o que torna característico para si próprio o pequeno e resistente viticultor de Caldas.

Eles não se vêem podendo competir com os seus semelhantes, mas desiguais produtores: a) de vinho do Rio Grande do Sul, que a cada ano enviam em caminhões tanques mais e mais vinho “barato” às próprias adegas maiores da região; b) de uva de São Paulo, que invade o mercado regional e mesmo nacional e deixam ao sitiante de Caldas a alternativa de produzir e vender a sua uva como um quase sujeito de folclore, salvando-se com a “Festa da Uva” anual em Caldas. A própria idéia de “folclórico”, aparentemente indevida no caso, poderia ser lembrada aqui. Tomemos o caso do vinho. No Sul de Minas nunca se produziu e provavelmente nunca se irá produzir um vinho “fino”, de “castas nobres”, como em algumas áreas do Rio Grande Sul. Primeiro porque as variedades próprias ao clima e ao solo de má qualidade para o vinho, ainda que muito adequadas para “a mesa”. Segundo porque nunca foi estimulada uma tecnologia de produção de vinhos finos, sequer em pequena escala. Por outro lado, nunca se pensou produzir na região espécies grosseiras de vinho francamente populares, como os “vinhos de garrafão” do Rio Grande do Sul ou os vinhos de garrafa da região de São Roque, em São Paulo. Produzindo um grosseiro, mas curioso vinho entre o “fino” e o “popular” (vendido em qualquer bar da própria região); embalando-o aqui e ali em garrafas revestidas de palha, com rótulos sugestivos; vendendo-o nas próprias adegas, entre montanhas e o Rio Verde, a turistas que chegam a Pocinhos mais preocupados com “clima” e “águas” do que com “vinho” e “uva”, resta à viticultura de Caldas reproduzir-se em estado de folclore. Resta ser, justamente, tradicional e pitoresca, condições que atualizam a sua não-modernização tecnológica e que, no limite, respondem pela sua própria sobrevivência.

Há uma ética do trabalho camponês e do trabalhador proprietário que parece estar na raiz da resistência a um esforço de modernização, mesmo que ela garanta em teoria tudo o que prometem os agentes de mudança agrícola. Por isto mesmo, antes de reclamar do “governo” ou do “banco” a ausência ou a desqualificação de uma antiga rotina de trocas regidas por “ajuda”, “auxílio”, “empréstimo”, etc., o vitivinicultor do lugar faz queixas, a primeira velada, as duas outras abertas, as três categorias sociais de sujeitos envolvidos na produção e na circulação da uva em Caldas: A família, o trabalhador remunerado e o “dono de adega”.

São agora poucas e ameaçam serem raras as famílias de sitiantes globalmente envolvidas no trabalho da uva e do vinho. Alguns sitiantes lembram que em Andradas ainda é assim e isto é uma grande vantagem. Em Caldas, quando toda ou quase toda a família ainda mora e trabalha no sítio ou na fazenda, cada vez mais a esposa e os filhos retiram-se do parreiral. No caso de haver adega doméstica, a família reúne-se para fabricar o vinho, mas o trabalho agrícola é uma atribuição do pai-proprietário, dono do sítio e senhor solitário da uva. Os filhos saem cada vez mais para estudar em Caldas, quando completam, nas escolinhas dos bairros, o 1º grau. Os mais velhos, ainda residentes (os que retornam ao sítio depois de completados os estudos devidos, o que tende a tornar-se cada vez mais raro, também) preferem dedicar-se a lavouras “modernas”, de curto ciclo, como vimos já, assim que se libertam do poder do pai sobre a exclusividade de sua mão de obra. Da mesma maneira como tradicionalmente houve sempre no mundo camponês uma divisão sexual não apenas do trabalho, mas, na sua esteira, também das opções de produtos vegetais e animais do trabalho, assim também em Caldas há uma divisão etária visível, dentro e fora de cada unidade familiar de produção. O milho, o feijão e o trato do gado são atribuições de jovens, adultos e alguns velhos (quando ainda no trabalho) da metade masculina da família; a batata e a mandioquinha salsa tendem a ser lavouras dos jovens e adultos jovens, sujeitos da pressa e dispostos ao risco; finalmente, a uva torna-se uma cada vez menos produtiva tarefa dos “mais velhos”: adultos idosos ou velhos afetivamente apegados ao parreiral.

Esta é, frente às pressões da lógica do capital e as condições sociais da produção, a hora de perguntar se hoje essa não é saída familiar polivalente mais de uma solução do que um problema, tal como a vivem várias famílias de sitiantes em Caldas. Afinal, houvesse eu vindo de Caldas estudar as transformações capitalistas da agricultura local, possivelmente falaria da uva como “coisa do passado” e me deteria nas práticas agrícolas e nos produtos da

lavouira que estão de fato mudando e através dos quais a modernização tecnológica e precariamente empresarial se estabelece na região³⁹.

Em segundo lugar o vinicultor protesta contra a falta de força de trabalho disponível, estável e, se possível, adequada ao delicado trabalho nos parreiras. Eles observam a relativa facilidade com que os batateiros de Caldas, de Santa Rita de Caldas e de Ipuina conseguem pequenas levas de trabalhadores volantes para uma atividade agrícola efêmera, muito mais pesada e, em alguns momentos, até mesmo prejudicial à saúde (casos de envenenamento com agrotóxicos aumentam de ano em ano, dadas as condições com que são aplicados e dada a quantidade exagerada com que vários batateiros lançam mão deles). Contando com o trabalho do próprio “dono”, um parreiral de proporções médias - até 4,8 ha. - não necessita mais do que dois ou três auxiliares nas atividades de limpa, poda e desolha. Mas mesmo esta pequena quantidade é cada vez mais difícil. Em parte porque em toda a região reduziu-se muito nos últimos cinco anos a oferta disponível de mão de obra agrícola: Em parte porque, tal como os próprios filhos dos sitiantes, os jovens trabalhadores volantes preferem os ganhos imediatos e maiores da batata, do café e do algodão (em São Paulo), menor pagamento por um tipo de “serviço” mais leve, sem dúvida, mas também mais “controlado”.

Mas não têm mão-de-obra. Olha, eu tô tocando cinco mil pés de uva aqui com a maior dificuldade. Tem só um empregadinho... Ah, de jeito nenhum. Eles que é ir pra cidade, quer trabalhar na cidade. Hoje é segunda feira eu não tenho empregado aqui. Vai na porta daqueles bares ali pro senhor ver. O, bebendo. Se chega (e pergunta): “quer trabalhar pra mim lá, uma semana, duas semanas; limpar as parreiras?” “Eu vou”. E nunca mais aparece, e o dia aparece eles chegam, ele chega e pergunta: “o que tem pra fazer, seo Firmino?” “Quanto é que o senhor paga por dia?” É a primeira coisa que eles perguntam. É isso: “quanto é que o senhor paga por dia?” Então não quer nem saber se o serviço é pra dormir ou pra trabalhar. (FG, vitivinicultor).

³⁹ Muitas páginas atrás falei da Cooperativa Vinícola de Caldas, criada nos anos do apogeu da produção local de uva e vinho. Em uma escala muito menor do que descrita admiravelmente por José Vicente Tavares dos Santos, ela não representou mais do que a sujeição do vitivinicultor ao capital. Segundo alguns entrevistados, foi a partir da “quebra da Cooperativa” e, antes, de seus “abusos”, que iniciou-se a “quebradeira da uva”. Quando fundo a Cooperativa eu achei uma coisa boa. Meu pai foi cooperado lá 7 anos. Nós mandávamos 5,6, 8 toneladas de uva pra Cooperativa. Aquele prédio que tem no fundo da Matriz, nós é que fizemos (a sede antiga da Cooperativa) é uma montagem que é uma coisa espetacular. Resultado: acabou com as nossas terras, acabou com a viticultura e acabou a cooperativa. (JV, vitivinicultor)

Esta poderia ser uma razão importante, mas não única, pela qual os sitiantes de Caldas resistem hoje a qualquer tipo de proposta de associação. Ao contrário, a atividade agrícola e, mais ainda, a da uva, é muito individualizada.

A desqualificação velada da ala jovem da família, cada vez menos interessada em deixar-se dominar pela ética camponesa e o poder de proprietário do pai, e a cada dia mais voltada a cidade e ao trabalho urbano (algo que vários sitiantes mais velhos valorizam, recolhendo como um horizonte e uma necessidade) , torna-se francamente depreciativa quando aplicada a força de trabalho extra-familiar.

Em terceiro lugar, agora o apenas viticultor queixa-se do também vinicultor, principalmente quando dono de adegas comerciais, empresariadas e dirigidas ao mercado regional do vinho. Este é o momento em que o sitiante da uva se reconhece à mercê do sujeito que, no final da meada de um sistema hoje injustamente explorador, apropria-se indevidamente do valor de seu trabalho transformado em mercadoria. Antes em três situações sozinho e desastitado, ele se vê sem a ajuda do sistema creditício, sem o apoio do governo e sem o concurso da força de trabalho, familiar ou remunerada. Alguns viticultores chegaram a declarar que há entre os produtores de vinho compradores de uva uma espécie de acordo para forçarem a venda a baixo do preço, da uva de Caldas. Uma vez colhido, o produto precisa ser consumido em pouco tempo e depressa a uva pode passar do ponto ótimo para o processamento do vinho, razão pela qual a sua comercialização precisa ser muito mais rápida do que a da batata e, mais ainda, a do milho e do feijão.

Tenho muita terra que posso plantar parreira, mas plantar de que jeito? Eu vou enterrar o dinheiro lá, porque se não tiver Festa da Uva pra quem é que eu vou vender a uva aí? Porque a uva só vale depois que mora na adega. Antes não vale nada. Porque uns (adegueiros) combina com o outro “o preço e: o preço nosso é esse”. É uma lavoura que você não pode deixar madurar; você tem que colher e tem que sujeitar o preço que tiver, porque não tem entre os parceiros (os sitiantes viticultores) nenhuma ligação um com outro não: “vamos fazer isso ou aquilo”. O dono da adega é quem põe o preço na mercadoria. Nós não põe o preço na mercadoria. Agora, você vai comprar as coisas, qualquer coisa que você vai comprar: um remédio pra lavoura, um grampo, um arame, vai comprar custa caro. Tanto; você sabe que custa tanto. Ele dá o preço e na hora de você vender o produto, você não manda. O outro é que dá o preço... Depois que fabrica o vinho o preço é outro. Ele é quem dá o preço do garrafão de vinho, do litro; e sendo que nós não temos preço na uva. Não temos autoridade de dizer: “meu preço é tal”, e ele aceita. Ele é o dono da adega e é quem põe o preço. E depois que ela moe (a uva, na adega) aí é que cria valor. Mas antes de moer (quando ainda é propriedade do viticultor), não tem valor nenhum (JC, viticultor).

Elo nuclear, mas dependente em ambas as direções de uma cadeia de relações do plantio à venda, eis que o viticultor termina por reconhecer-se o mais submetido de todos os camponeses locais. Se não se reconhece totalmente à mercê do outro é porque, como vimos, é um proprietário, “dono” de seu “negócio”, e de ano a ano adequa as alternativas pessoais de reprodução de si mesmo como produtor de uva, ao jogo perverso da própria produção. Se não consegue mão-de-obra adequada, assume por sua conta e risco o trabalho mais especializado e luta por remunerar pelo menos a força de trabalho empregada nas tarefas mais comuns, como a capina. Se não consegue nos bancos o crédito antes disponível, joga com o mercado financeiro (não conheci casos locais de financiamento antecipado da produção, por parte de adegueiros, em troca do preço antecipado e/ou da promessa de venda exclusiva ou preferencial da safra anual). Se não obtém da EPAMIG e da EMATER mais do que a amizade do agrônomo, o estímulo do comparsa situado do outro lado do sistema, e um tipo de conhecimento que apenas em parca medida o ajuda a atualizar o seu processo técnico de trabalho, lança mão do redobrar-se no cuidado artesanal de suas parreiras, substituindo com um exagero envelhecido de “cuidado” a ausência de uma apropriação adequada de novas técnicas, ou de uma atitude julgada imprópria, como a coragem de erradicar parreirais velhos e improdutivos e replantar novos, com o controle tecnológico dos agrônomos. Se, finalmente, não conta sequer com a Festa da Uva, ocasião em que se sujeita a ser um pequeno comerciante “de barraquinha”, e se não esgota a sua produção de uva com a venda “na porta do sítio” (o que só vale para os “de perto da rodovia”) a turistas de São Paulo, vende às adegas parte ou toda a produção sobrada do consumo doméstico do “vinho para o gasto”. Se as de Caldas, em conjunto, articulam-se para pagar um preço defasado, procura vender às de Andradas, sempre dispostas a pagar um preço um pouco melhor, pelo menos enquanto não forem, elas também, invadidas pelo vinho abundante e barato trazido de Minas a ser artesanalmente vendido como “legítimo vinho mineiro”.

6. CONCLUSÃO

“Mudar como e pra quê?” poderia ser a pergunta dos sitiantes agricultores da uva e produtores artesanais do vinho no Sul de Minas Gerais. “Quando é possível variar”, poderá ser a resposta que a si mesmos dariam.

O estudo de tipos únicos de produtores e de tipos exclusivos de alternativas de produção junto a unidades camponesas de vida e trabalho, muitas vezes oculta este jogo pouco visível, mas afinal articulador da própria experiência do cotidiano familiar e realizado das possibilidades concretas da reprodução de um campesinato ainda tradicional, cujo fim parece estar sendo sempre adiado. As pesquisas sobre o assunto dizem tanto e, passado o tempo, parecem haver dito tão pouco.

Caldas, como muito outros municípios de Minas Gerais e como várias outras regiões do país, chama a atenção pela coexistência do que poderia haver de mais aparentemente oposto em termos de agricultor. Lá estão arrendatários “batateiros” em tudo ajustados aos desmandos, ao ritmo e à lógica dos ganhos e perdas do capital; ao lado de agricultores velhos e artesanais da uva. Lá estão os filhos de visitantes dedicados ao plantio renovador de fruteiras de clima temperado, motivados – como seus avós, há muitos anos – pela propaganda e pelo incentivo da indústria e dos órgãos oficiais, ou interessados pela lavoura rápida da mandioca salsa, cuja produção viaja depressa para a CEASA, em São Paulo, ao lado de seus pais, aferrados ainda às lavouras tradicionais de milho, feijão e uva.

Lamentei não haver podido fazer a etnografia do sistema polivalente completo de produção nos sítios de Caldas, sequer tomando o exemplo de algumas poucas unidades familiares da região. Um tal estudo tornaria fácil a compreensão de um aspecto que tem sido discutido com tanta frequência entre nós. A subordinação da agricultura camponesa ao capital não se faz de uma única maneira e nem se dá observando os mesmos processos. O capital tanto pode expulsar camponeses, concentrar a propriedade fundiária, transformar a unidade familiar de produção tradicional na “moderna e expropriada família de bóias-frias” e inaugurar em uma região uma economia de **plantation**, quando pode preservar, tal como em áreas paulistas limítrofes, uma produção camponesa modernizada, dirigida **in totum** à venda de seus produtos a indústrias capitalistas modernas, como as usinas de álcool e açúcar, as de fabrico de óleo de algodão ou de suco de laranja. Pode, também, fazerem coexistir em uma mesma região, em uma mesma propriedade rural – pelo menos durante o curto período de vida de uma ou duas gerações – a lógica, a prática e o produtor camponês modernizado ao lado do agricultor francamente tradicional, aferrado tanto a um sistema residual de trabalho

cotidiano quando a um modo de vida “dos antigos”, de que tal maneira de “trabalhar na roça” é apenas uma dimensão.

O que sumariamente descrevi não é propriamente uma ilha de agricultura tradicional cercada de “modernidade” por todos os lados. É a coexistência, em uma mesma região e entre os mesmos sujeitos, de alternativas diferentes e mesmo opostas de estabelecimento de relações com o capital e de articulação, intra e extra familiar, de todas estas alternativas. Onde é impraticável, por razões de economia, a adoção de um tipo moderno de agricultura de um único produto de mercado, ou onde é indesejável por razões sociais e simbólicas a subordinação da família camponesa a um único modo e ritmo de trabalho, o que implicaria uma também uniformização do próprio modo de vida, pode ser racionalmente mais produtiva e simbolicamente mais adequada a solução que combina vários produtos e articula, quando pode, a agricultura com a pecuária. E possibilita, por isto mesmo, um tipo de relação do camponês com o capital onde, apesar de toda uma variedade de subordinações, ainda é possível viver e representar a experiência da vida e do trabalho como uma liberdade que apenas o pequeno poder da escolha e da mudança de uma estratégia a outra parece ainda assegurar ao camponês.

Revisitados os meus dados de campo e agora com o olhar colocado mais sobre o jogo dos relacionamentos entre o trabalho do agricultor, os desafios difíceis da modernização de sua prática e as relações entre isto e os desvãos de seu imaginário, sinto-me tentado a deixar de lado explicações mais diretamente sociais – ali, onde as alternativas de produção, as estratégias de mercado e as inovações tecnológicas têm um grande peso, tal como vários estudos oportunos revelam – e finalizar estas observações por um caminho que pode parecer ele próprio, menos produtivo, como os parreirais de meus interlocutores em Caldas, mas que poderia ser pelo menos a aventura de um outro olhar.

Quando tento compreender diferenças de imaginários e de motivações provocadas pelo mercado versus motivações “motivadas” por uma ética da campesinidade, como tão bem a expôs Klaas Woortmann em seu notável “**Cum Parente não se Neguceia**”, eu me sinto tentado a classificar tudo o que eu ouvi no campo em três grandes “falas”. Idéias trocadas que articulam a relação entre o trabalho do agricultor (eventualmente o do criador e de outros “homens do campo” também) com um mundo de natureza e com a relação tradição-modernização.

Vejamos como seria possível descrevê-las aqui.

A primeira.

A natureza é dominadora e dificilmente se deixa submeter ao trabalho dos homens. Ela possui as suas regras próprias e as impõe ao primado da cultura. Estiveram acertados os homens do campo do “tempo dos antigos”, quando mesmo a duras penas lidavam com a natureza respeitando as suas regras. Mesmo quando era preciso derrubar matas e abrir pastagens e campos de lavouras a custa da queima das árvores, tudo era então praticado de uma maneira “natural”. Do mesmo modo como adubos químicos e defensivos artificiais não eram utilizados. Uma natureza “naturalmente dominada” dava aos homens a “fartura” de que as pessoas de hoje se ressentem.

Não se trata apenas de que os custos operativos da modernização agropastoril sejam muito altos e, em grande medida, estejam fora do alcance dos pequenos produtores. Ao lado desta questão indiscutível e sentida por todos os produtores familiares, deve-se levar em conta que uma vez incorporados ao mundo do trabalho os maquinários, os produtos químicos e as tecnologias de manejo típicas de uma “agricultura modernizada”, o próprio trabalho, o ritmo de vida e a lógica das relações homem/trabalho à natureza/resistência ao trabalho, passam de um plano ao outro.

Na sua versão mais rusticamente romântica – se é que esta palavra, frequentemente convertida em um polissêmico conceito, cabe aqui – persiste mesmo a idéia de que um “passar-se para a modernização” poderia ser uma boa solução pessoal, familiar, comunitária mesmo, a curto ou médio prazo. Mas ela representa uma espécie de violação de um modo ancestral de estabelecer vínculos com a terra através do trabalho camponês. E ela contém as sementes de sua própria destruição, pois a longo prazo toda a ação “artificial”, logo predadora, sobre a natureza, se voltará contra os humanos. Chegará o momento em que os recursos da tecnologia de nada valerão. Pois uma natureza exaurida pelo exagero de seus usos através de recursos anti-naturais, não poderá mais devolver aos homens os seus próprios recursos “naturais”.

Este modo de pensar e de orientar as ações de trabalho dos pequenos produtores mais tradicionalmente aferrados aos “costumes dos antigos”, encontra agora, nos últimos pelo menos vinte anos, um respaldo inesperado. Ele chega ao campo no imaginário, na proposta de novos códigos “naturalistas” e nas experiências dos adeptos de estratégias preservacionistas ou, pelo menos, da difusão racional de métodos e usos de recursos de uma **agricultura orgânica**.

A segunda.

Seria a sua exata versão oposta? Deixada a si mesma, “naturalmente”, a natureza é inerte; é inacabada e o seu inacabamento é perverso de um ponto de vista humano. Podiam vivê-la em tal estado os índios que antecederam aos homens do campo, os “bugres” que existiam “por aqui” em pequenos grupos e que poderiam sobreviver do que a natureza primeira lhes “dava”, na caça, na pesca e na coleta. Podem viver ainda assim os últimos “roceiros caipiras”, produtores precários, homens do campo submetidos ao domínio da própria natureza, perversamente naturalizados, eles mesmos, pois não se resolveram dominá-la. Um parênteses. Volta e meia as pessoas de Pocinhos do Rio Verde e de bairros rurais próximos falam dos homens do campo “dos Pereiras”, um dos bairros rurais mais distantes da sede. Ali estariam os últimos exemplares locais de uma mentalidade “atrasada”. Pois, sem haverem preservado as virtudes dos “antigos”, como o amor pioneiro ao trabalho, tornaram-se o espelho de seus vícios. Deixaram-se à margem de um trabalho rústico que, mesmo fora dos padrões da modernidade no campo separa o produtor familiar dominador adequado de seu ambiente, um “agricultor” no pleno sentido da palavra, do roceiro atrasado. Do homem do campo no extremo da **falta**, em um gradiente em que o produtor tradicional de uva em Caldas situa o moderno “farmer” no outro extremo, o do excesso e se coloca a si mesmo no meio do caminho.

A própria diferença das maneiras como os produtores familiares, mais e menos modernizados, fazem a sua leitura das “palavras da Santa Bíblia”, que, não esqueçamos, foi por séculos e segue sendo uma fonte nuclear de significados e interpretações alegóricas e concretas a respeito dos relacionamentos entre o trabalho humano e o mundo natural, revela algo da diferença entre as concepções que estou sumariamente descrevendo aqui.

Pois, para alguns, a natureza é um dom de Deus e tal como “saiu de suas mãos” e foi oferecida aos homens de duas maneiras diferentes, antes e depois da “expulsão de Adão e Eva do paraíso”, está a sua melhor perfeição. Tudo o que os homens devem fazer é intervir sobre ela o mínimo possível. Devem apenas acrescentar com o seu trabalho aquilo que permita à natureza transformar suas próprias forças, aos seus “recursos”, em bens para as pessoas, a começar pelo alimento. Para outros, uma das principais tarefas dadas por Deus aos homens é justamente o domínio completo da natureza. Primeiro, pois como está escrito em algumas passagens do Gênesis, tudo o que Deus criou antes dos humanos foi para servi-los e ser dominado e usado por eles em seu proveito. Apropriado não apenas para a sua subsistência em graus precários (como entre os índios) ou indigentemente rústicos (como entre os “roceiros”) mas também ou, mesmo, principalmente, para o seu progresso. Segundo, porque

Deus deixou a sua obra de criação inacabada e deu aos homens o direito de usar de todos os seus bens à condição de eles cumprirem com o dever de concluir a sua “obra da criação”, o que implica a domesticação plena do mundo natural.

Assim, uma atividade modernizada, quando possível e adequada, responde por ser uma atualização da própria relação dever-direito humano sobre os recursos e desafios do mundo natural. Toda uma re-naturalização do código de trocas, do uso de recursos e da aplicação de conhecimentos e de tecnologias modernas, representa um retrocesso. Representa uma fuga que trai a própria vocação humana realizada no trabalho e que abdica de seguir um plano de domínio completo da natureza pela sociedade.

Uma aposta na submissão do produtor aos recursos e regras de uma modernização inacabável, sugere uma crença de que seria possível: a) uma relação crescentemente adequada e inteligente entre o trabalho modernizado e o equilíbrio da natureza; b) uma substituição igualmente oportuna e adequada dos recursos naturais por outros, acrescentados pelo homem, sempre que isto se mostrar necessário.

A terceira.

Em si mesma, a natureza é desprovida de valor e de sentido. Antes de o homem a intencionar através de sua consciência reflexiva, opondo-se a ela e enfrentando-a por meio do trabalho transformador, ela não possui significados de um ponto de vista simbólico, cultural. E como não os possui em si mesma, não os possui de forma alguma, recebendo—os por inteiro processo de significação da cultura. O ato do trabalho constitui a natureza, constituindo o homem como um valor que a valora, ao tomá-la humanamente para si. Mas, se também o homem se torna um valor para si através das motivações, ações e significações a partir das quais socializa a natureza incorporando-a ao seu mundo de cultura, então a relação dominador-dominado pode ser pensada de uma outra maneira. Um pólo da relação homem/natureza, realizado através do trabalho humano e do trabalho da natureza, está não em um ou no outro lado – o da sociedade **versus** o do mundo natural – mas na recriação da natureza **natural** como natureza socializada, algo dentro do que está situada a própria sociedade.

Destarte, uma lógica e uma ética dos relacionamentos do agente direto sobre a natureza através do trabalho, não está nem numa natureza tomada em si como um valor que abarca o próprio valor-homem, nem em uma completa des-naturalização da relação, o que coloca o primado de seu eixo no puramente social. Está, “mineiramente”, a meio caminho. Está no feixe de significados, de valores e de códigos de trocas que não se situam nem no

pólo da sociedade (o lugar da socialização cultural da natureza) e nem no pólo da natureza (o lugar da naturalização da sociedade), mas naquilo em que um pólo e o outro criam em comum, ao se confrontarem a partir de constituírem o outro como um valor em si mesmo e, ao mesmo tempo, como um valor para o outro, o outro lado.

BIBLIOGRAFIA

ALVARENGA, Luthero Rio de; NOGUEIRA, Domingos José Pardal. **Diagnóstico da Viticultura Mineira.**

BUNSE, Heinrich A.W. O Vinhateiro: **estudo etnográfico-linguístico sobre o colono italiano no RS.** Porto Alegre: URGs/INL, 1978.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil** vol.IV, 5a parte, tomo 1, 1923, D.G. Estatística do Min.de Agricultura, Indústria e Comércio.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros** vol. XVIII, IBGE, Rio de Janeiro, 1958.

IBGE. **Censo Industrial – Minas Gerais in: Recenseamento Geral do Brasil** vol.3, tomo 2, parte 1, nº 16, IBGE, Rio de Janeiro, 1980.

IBGE. **IX Recenseamento Geral do Brasil**, Vol 1 tomo 5, nº 16. Censo Demográfico – Mão de Obra – Minas Gerais. IBGE: Rio de Janeiro, 1980.

IBGE. **Censo Comercial – Minas Gerais.** Vol.4 nº 16. IBGE: Rio de Janeiro, 1980.

IBGE. **Censo Agropecuário – Minas Gerais** 1970 e 1980. IBGE: Rio de Janeiro.

INDI – Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais. **Vinhos em Minas Gerais: estudo setorial.** Belo Horizonte: INDI/SAI/006/SP, 1985.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.** São Paulo: Pioneira, 1975.

Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Governo de Minas Gerais. **Anuário Estatístico de Minas Gerais.** Belo Horizonte: SPCGGMG, 1983.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do Vinho: estudos sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital.** São Paulo: HUCITEC, 1984.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Trajatória Social e Projeto de Autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas.** Campinas: Cadernos IFCH/UNICAMP, 1988.